

MACHINA MUNDI



Fernando Cristóvão
(diretor)

II Série

n.^{os} 1-2
(outubro e novembro de 2011)

CLEPUL

ISSN – 2182-169

www.clepul3machinamundi.org/



OS IUSIADAS DE L. DE CA.

Que lo nembrodo & bar baro Gigante,
Do Rei Saul, com causa tam temido,
Vendo o Pastor inerte estar diante,
So de pedras & esforço apercebido,
Com palouras soberbas o arrogante,
Despreza o fraco moço mal vestido:

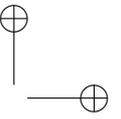
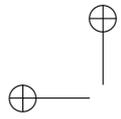
Machina
Alcazar

Que está ajudado da alta fortaleza,
A quem o Inferno horrifico se rende,
Co ella o Castelhana, & com destreza,
De Marrocos o Rei comete & offende.
O Portugues que tudo estima em nada,
Se faz temer ao Reino de Granada.

Eis as lanças & espadas retenião,
Por cima dos arneses, brauo estrago,
Chamão (segundo as leis que ali seguião,)
Hús Masamede, & os outros Sançliago,
Os feridos com grita o ceo ferião,
Fazendo de seu sangue bruto lago,
Onde outros meios mortos se afogauão,
Quando do ferro as vidas escapauão.

Com

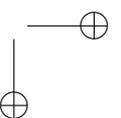
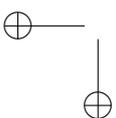




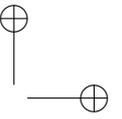
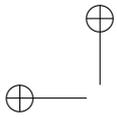
MACHINA MUNDI

II Série, n.^{os} 1 e 2

outubro e novembro de 2011







Fernando Cristóvão
(diretor)

MACHINA MUNDI

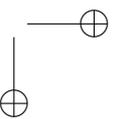
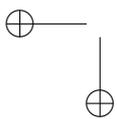
II Série

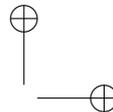
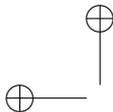
n.^{os} 1 e 2

CLEPUL

Lisboa

2011





LUSO**Sofia**:press

FICHA TÉCNICA

Título: *Machina Mundi*

II Série, n.^{os} 1 e 2, outubro e novembro de 2011

Diretor: Fernando Cristóvão

Comissão Científica: Annabela Rita, Beata Cieszynska, José Eduardo Franco, Maria José Craveiro

Coordenação Técnica: Sofia Santos, Luís da Cunha Pinheiro e Maurício Ieiri

Design da Capa: António Rodrigues Tomé

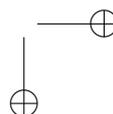
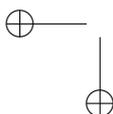
Composição & Paginação: Luís da Cunha Pinheiro

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Lisboa, novembro de 2011

ISSN – 2182-169

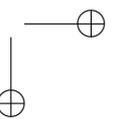
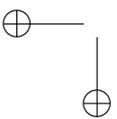
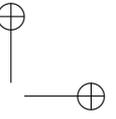
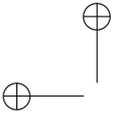
Os textos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

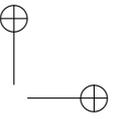
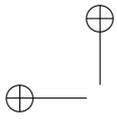




“Ves aqui a grande machina do Mundo,
Etherea e elemental que fabricada
Assi foi do saber alto, e profundo”

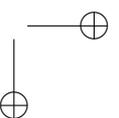
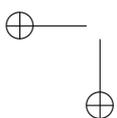
Luís Vaz de Camões, *Lusíadas*, Canto LXXX

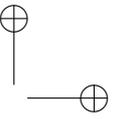
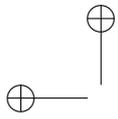




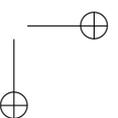
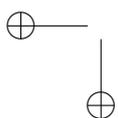
Índice

I EDITORIAL	7
Nova etapa para a <i>Machina Mundi</i>	9
II TEXTOS	11
Poética medieval de amor nas cantigas do “rei trovador” português D. Dinis e no poema <i>Dizer d’Amor</i> do “déspota poeta” sérvio Stefan Lazarević	13
José Craveirinha: clássico e moderno	21
Apresentação de <i>Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão portuguesa. Documentação</i> . 3 tomos. Coordenação geral José Eduardo Franco. Lisboa: Esfera do Caos Editores, 2011	25
O Mito da Educação	31
A simbologia das cores e dos animais no conto de fadas “Branca de Neve”	39
O nascimento da República no Brasil	43
A crise da monarquia e a agitação republicana	44
O 15 de Novembro de 1889 e a instauração da República brasileira	47
O Brasil e seus brasileiros	51
III ENTREVISTA	57
Fernando Cristóvão	59





IV RECENSÕES CRÍTICAS	65
Henrique Manuel S. Pereira, <i>À Volta de Junqueiro – Vida, Obra e Pensamento</i> , Porto, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2010. 456 p.	67
Senna Freitas, <i>Perfil de Camilo</i> , Porto, Edições Caixotim, 2005. 136 p.	70
Os Livros e as Crónicas dos Heróis e dos Santos	74
V EFEMÉRIDES	77
Outubro	79
Centenário do nascimento de Manuel da Fonseca	79
A propósito de padroeiros / padroeiras. . . Portugal, Brasil	80
Novembro	82
Factos da vida de Fialho de Almeida, e um Colóquio CLEPUL	82
VI EVENTOS	87
O Acordo Ortográfico	89
Apresentação da obra <i>Arquivo Secreto do Vaticano: Expansão Portuguesa – Documentação</i>	89
A língua portuguesa como convidada na 56. ^a Feira Internacional do Livro em Belgrado	90
Colóquio Internacional de Literaturas de Língua Portuguesa para Crianças e Jovens	92
Congresso Internacional <i>Portugal no Tempo de Fialho de Almeida (1857-1911)</i>	92
III Jornadas Aclusianas e Ciclo de Conferências em Estudos Africanos	93
Lançamento da revista de poesia <i>Golpe d’Asa</i>	93
Chamada de colaboração para o XIII Congresso da Sociedade Internacional para o Estudo do Humor Luso-Hispânico	94
Lançamento do livro <i>Santos, Demónios e Pecadores</i> , do autor Pedro Miguel de Oliveira Nunes	95
Chamada de trabalhos para o Colóquio Internacional <i>Florabela Espanca. O espólio de um Mito</i>	95





Conferência do Professor Fernando Cristóvão na Academia das Ciências de Lisboa, no próximo dia 12 de Janeiro pelas 15H00 96

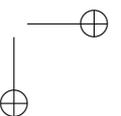
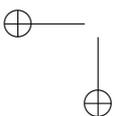
VII ARQUIVO DOCUMENTAL 99

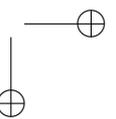
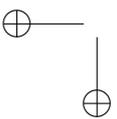
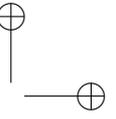
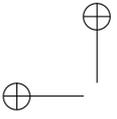
Proclamação dos membros do Governo Provisório realizada em 15 de Novembro de 1889 101

Decreto nº1 da República - 15 de Novembro de 1889 102

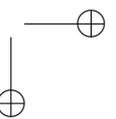
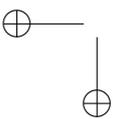
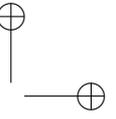
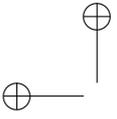
Transcrição da mensagem dirigida pelo Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório dos Estados Unidos do Brazil, ao ex-imperador, Sr. D. Pedro de Alcantara 104

Resposta do Imperador 105





Parte I
EDITORIAL





Nova etapa para a *Machina Mundi*

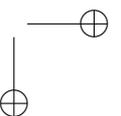
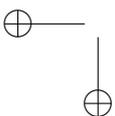
Passados que foram os meses de férias, aproveitados também para uma reflexão sobre o caminho percorrido por este fórum informático cultural, um novo passo em frente vamos dar com este número, iniciando uma nova **série**.

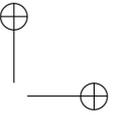
Três novidades a caracterizam, desde já.

Em primeiro lugar, a adoção de um novo formato digital que, pela sua simplicidade, permite acesso mais rápido aos textos e facilidades na constituição do indispensável Arquivo.

Com o objetivo de alargar horizontes temáticos e de maior diversidade de pontos de vista na área que nos é própria, a da cultura, passamos a publicar entrevistas com personalidades diversas, reforçando o factor atualidade. Em complemento destas duas iniciativas, uma terceira figurará em todos os números: uma informação sobre as diversas publicações que as Editoras vão lançando, ou delas dando notícia e/ou apresentando recensões críticas das obras que o nosso conselho de redação recomendar.

Para tanto estamos a dirigir-nos às editoras propondo-lhes colaborar com elas, através de uma informação e difusão cultural das obras editadas, que é



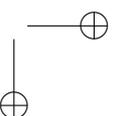
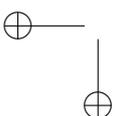


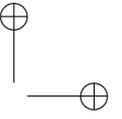
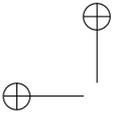
certamente de interesse e proveito para quantos nos quiserem visitar na *Internet*.

Na base das anteriores e nestas decisões está a ideia de que a cultura, estando intimamente ligada à informação, muito para lá da erudição, tem como objetivo apelar à reflexão e à capacidade de comparar e avaliar, antes de se formularem juízos de valor ou quaisquer outros.

A Direção

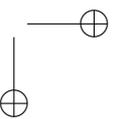
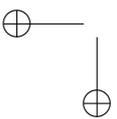
A Coordenação

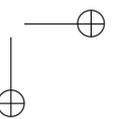
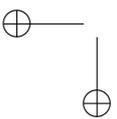
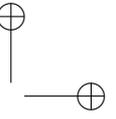
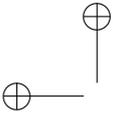


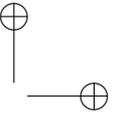


Parte II

TEXTOS



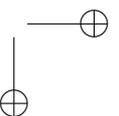
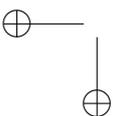




Poética medieval de amor nas cantigas do “rei trovador” português D. Dinis e no poema *Dizer d’Amor* do “déspota poeta” sérvio Stefan Lazarević

Anamarija Marinović

Quando se pensa na Idade Média, as primeiras associações que surgem são as ideias generalizadas sobre uma “idade das trevas” em que predominavam guerras, epidemias de doenças, em que a economia de muitos países era geralmente atrasada e as relações sociais se baseavam no feudalismo e nas hierarquias claramente definidas entre os senhores e os seus servos. Outro estereótipo comum é que a Idade Média é a época do maior esplendor de muitos países europeus, entre eles de Portugal e da Sérvia, em termos políticos e culturais. Desta forma o que se destaca no imaginário das pessoas quando se referem a este período da História são os torneios de cavaleiros, a poesia, a construção de castelos e mosteiros, símbolos não apenas do poder, mas também grandes centros de cultura e literacia. O que não se pode esquecer na sociedade medieval europeia é a grande importância da religião cristã (católica romana e ortodoxa) em todos os segmentos da vida pública e privada.



Estes factores contribuíram para uma maior consciência do peso do colectivo e a sua importância em relação ao indivíduo, da ideia da servidão e da subordinação do homem (e da mulher) em relação ao seu senhor e a Deus. A hierarquização social muito marcada e a dominação da religião naturalmente influenciaram a criação artística e literária em termos de formas e temas presentes e das maneiras em que elas eram abordadas, porque um dos objectivos principais das artes e em particular da literatura era o de educar o público e ensinar-lhe regras e valores cristãos e guiá-lo pelo caminho correcto da virtude e da salvação da alma.

No que se refere à periodização histórica da Idade Média, a opinião geral dos historiadores é que esta época começa com a queda do Império Romano Ocidental (no ano de 475 d.C.) e que termina com a queda do Império Bizantino (1453), embora alguns medievalistas prolonguem a data da duração deste período histórico até ao ano de 1492, em que Cristóvão Colombo chegou ao continente americano.

No contexto cultural balcânico, neste caso particular o sérvio, estas datas diferenciam-se um pouco do enquadramento geral da Idade Média Europeia, começando pela chegada dos povos eslavos do grupo meridional aos Balcãs, (nos séculos VI e VII) e o seu termo varia na opinião dos historiadores e geralmente como data do fim da Idade Média toma-se o ano de 1459, em que Smederevo, a última cidade sérvia livre caiu sob o domínio do Império Otomano. Em termos literários, a periodização da Idade Média em Portugal coincide em grande parte com a periodização histórica, enquanto na Sérvia esta época pode considerar-se um pouco mais prolongada (até ao século XVI aproximadamente), uma vez que por causa da ocupação turca no espaço cultural sérvio não se pode falar na existência do Renascimento no sentido em que este termo é usado na Europa Ocidental.

De entre os géneros conhecidos e usados na época medieval em Portugal e na Sérvia cultivavam-se sobretudo a prosa e a poesia, com diferentes “sub-géneros” e conteúdos. Uma vez que o peso da história e o desejo de documentar e glorificar a vida dos reis, nobres e clérigos importantes, era natural que se escrevessem biografias, crónicas, anais e livros de linhagens, dizeres. Na Península Ibérica escreviam-se também romances (de cavalaria, sentimentais, pastoris) e na Península Balcânica, sobretudo na Sérvia este tipo de literatura era conhecido através das traduções, e que era muito lido pelo público, embora isso não tenha dado aso à produção de romances, ou se existiam tais exemplos,



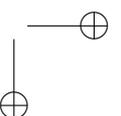
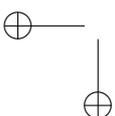
não ficaram conservados até aos nossos dias. No âmbito da prosa religiosa, escreviam-se sermões, hagiografias e outros textos de carácter pedagógico e moralista.

Contrariamente a esta interpretação, a mulher no imaginário poético medieval era visivelmente superior ao homem, neste tratamento por parte do sujeito lírico das cantigas nota-se uma dimensão de vassalagem amorosa, do desejo de servir a dama amada, de renunciar ao seu próprio eu em nome da fidelidade e do amor, que, não sendo correspondido, provoca nele um profundo sentimento de *coita*, de dor e sofrimento que só poderia apagar-se pela possibilidade de o amor se concretizar.



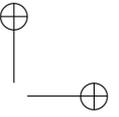
Figura 1: Déspota Stefan Lazarević – Fresco do Mosteiro de Manasija

Como já foi referido na poesia medieval sérvia quase não há lugar para a temática profana, a não ser para elogios da vida e obra dos reis e pessoas importantes da hierarquia eclesiástica, poemas de circunstância (nascimentos, coroações, casamentos) de alguma figura importante da realeza ou nobreza. O único exemplo notável de poesia de carácter profano e religioso ao mesmo tempo é de facto o *Dizer d'Amor* do Déspota Stefan Lazarević, que será analisado mais adiante e que já pertence à Idade Média tardia. Neste poema, que fala de amor e da natureza vislumbram-se os primeiros vestígios do Renascimento, que se teria desenvolvido na Sérvia também se a ocupação turca não tivesse tido lugar. De entre esses primeiros sinais do Renascimento na



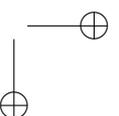
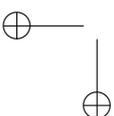
literatura sérvia salientam-se um maior interesse pelo homem e a sua vida emocional e psicológica, os motivos da natureza na poesia e um maior desejo de se conhecer a cultura grega. Com a derrocada do Império Sérvio e a derrota do exército sérvio pelos turcos na Batalha do Kosovo (1389) os géneros literários também sofreram algumas alterações importantes: aparecem vários sub-géneros, a literatura já não parece um todo compacto, os temas adquirem um carácter um pouco mais laico. O déspota Stefan Lazarević teve um grande papel nestas mudanças culturais, porque mudou a capital da Sérvia para Belgrado, foi responsável pela abertura da “Escola de Resava” no mosteiro Manastira onde trabalharam os maiores copistas e tradutores da época. Este déspota convidou para a Sérvia os monges eruditos da Grécia e do Monte Sacro Atos e ele próprio foi muito viajado e culto, o que contribuiu para o conhecimento e cruzamento de várias culturas na Sérvia, o que influenciou em grande medida a criação literária neste país.

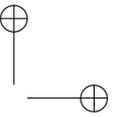
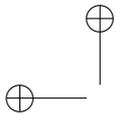
Para uma visão mais abrangente e completa da poética medieval do amor na poesia erudita medieval portuguesa e sérvia foram escolhidas propositadamente as obras do Rei D. Dinis e do Déspota Stefan Lazarević, em primeiro lugar porque o soberano português era conhecido como “rei trovador” e o governador sérvio como “déspota poeta”. O seu estatuto de monarcas cultos e o seu interesse e amor pela cultura e pelos livros aproxima de certa forma estas duas figuras importantes em duas culturas geográfica e civilizacionalmente distantes. Em segundo lugar, o que os aproxima também é a temática amorosa das suas obras mais importantes, embora este tema tenha sido abordado de formas e perspectivas à primeira vista completamente diferentes. O que é notável na criação literária dos dois monarcas é a ideia do amor como um sentimento puro, sublime e todo-poderoso, devendo-se essa visão no caso de D. Dinis à influência de uma desenvolvida tradição trovadoresca em Portugal e no caso do Déspota Stefan às influências bizantinas e à inspiração religiosa proveniente do cristianismo ortodoxo. Em termos da época histórica em que o rei D. Dinis e o déspota Stefan Lazarević viveram, verifica-se que o rei português nasceu na segunda metade do século XIII e morreu na primeira metade do século XIV, e o déspota sérvio nasceu nos finais do século XIV e morreu na primeira metade do século XV. O que diminui a distância entre eles é um lapso temporal que viveram no mesmo século, o que de certa forma influenciou as suas ideias e a sua criação literária. Desta forma nos dois autores podemos notar-se algumas referências e alusões à literatura, os dois invocam Deus, o



tom das obras é sublime, e, embora se utilize a primeira pessoa do singular, não se pode dizer que se trate de uma confissão muito pessoal do sentimento amoroso. Trata-se mais das exigências do género e da época. Os dois vêm no amor um sentimento que Deus criou, e dali é natural atribuírem-se-lhe características extremamente positivas (“divino”, “celestial”, “grande”, “puro”). Nos dois poetas existem menções da natureza e um interesse pelos sentimentos e estados psicológicos humanos.

A erudição e a cultura do Rei D. Dinis tal como as suas influências literárias estão claramente visíveis quando ele próprio refere que trova “em maneira proençal”, incorporando na sua obra as influências ocitânicas e as da literatura de expressão oral portuguesa. Num dos seus versos compara o seu amor pela “fremosa senhor” à qual dedica o poema com o amor que Tristão teve pela sua amada Isolda, desvalorizando e diminuindo os sentimentos que o herói literário mostrou ter (“Tristam non amou Iseu”). Em Déspota Stefan surgem, porém, as alusões aos salmos, aos Evangelhos e ao Antigo Testamento. Isto não quer dizer que o autor português não tenha tido conhecimento das fontes cristãs nem que o poeta sérvio desconhecesse a literatura profana, apenas se revelam algumas tendências dominantes nas culturas portuguesa e sérvia da época medieval. No que se refere às alusões à natureza nas cantigas de D. Dinis trata-se de uma paisagem convencional, muito neutra, presente apenas como um cenário idealizado em que se exprime a “coita de amor”. Desta forma mencionam-se “flores do verde pino”, “verde ramo” como elementos de eterna Primavera que servem para completar o imaginário da poesia amorosa medieval. D. Dinis, porém é muito crítico com os trovadores que cantam apenas “em tempo de frol”, acusando-os de não terem tão grande “coita de amor” e que na realidade só obedecem os clichés poéticos e estilísticos. No déspota Stefan, por outro lado, é notável uma sincera e profunda admiração pela natureza como uma das criações maravilhosas de Deus. O poeta sérvio concentra-se também na Primavera e no Verão, como duas estações do ano que mais se relacionam com as forças vitais. Amplificando a sua imagem da ordem e perfeição da natureza como uma das obras divinas, o déspota Stefan introduz no seu poema o voo dos pássaros, o espaço dos campos, as copas das árvores, as ondas do mar, sendo o amor superior a todos estes elementos porque o amor é igualável a Deus em si. Nesta visão da natureza como algo extremamente ligado ao amor e a sua beleza e magnitude, é possível vislumbrar a inspiração que o poeta podia ter tido no Cântico dos Cânticos como





também muitos dos historiadores de literatura sérvia observam os primeiros traços do Renascimento.

Um dos seguintes elementos que se não-de sublinhar na comparação entre as obras do rei D. Dinis e do déspota Stefan Lazarević é o papel de Deus no amor e na poesia do conteúdo amoroso. Na época medieval, que se caracteriza como um período em que o peso da religião era inseparável de todos os segmentos da sociedade, era natural que se invoque Deus até na poesia de amor. Nas cantigas de D. Dinis Deus é mais a testemunha da grandeza e da força do amor que o sujeito lírico tem pela sua dama amada, Deus é o juiz inclemente que não perdoa o trovador se ele é pago para cantar ou se canta para mais alguém além da “fremosa senhor”, Deus é quem fez a bela dama e por isso ela deve ser perfeita, abundante em virtudes e protótipo de beleza (“tanto a fez Deus comprida de bem, que mais quee todas las do mundo val”). Deus é o criador da “gram coita” de amor e como tal o amante triste tem que a aceitar e sofrer até ao fim, da mesma forma que é justo e bom e “sabedor” e valoriza a servidão amorosa e recompensará o amante fiel e feal com o “bem e bom galardom”. No *Dizer d’Amor* do déspota Stefan Lazarević Deus é omnipresente: em Seu nome o sujeito lírico do poema dá o “beijo amável” ao destinatário, Ele é criador do mundo, da natureza e de todas as belezas que nela existem, sendo o Amor a suprema e a mais perfeita, Deus vai ficar triste e protestar se os rapazes e raparigas prejudicarem a sua castidade e virgindade, Deus ajuda a que se encontre a pessoa adequada de acordo com o coração de cada um, Deus é quem une e junta as pessoas no seu amor infinito e por isso o seu nome deve ser glorificado agora e sempre e em todos os séculos. As diferenças entre a visão divina nas cantigas portuguesas e sérvia pode dever-se à tradição católica romana em Portugal e ortodoxa na Sérvia ou à própria tradição trovadoresca (e a sua ausência) de acordo com a qual a mulher amada é quase idolatrada e quase que se coloca no lugar de Deus para o amante, o que é impensável no sistema de pensamento ortodoxo, em que se atinge o amor supremo apenas se uma pessoa é parecida com Cristo, se respeita a vontade divina e se confia em Deus em todos os momentos e em todos os planos da sua vida. Alguns traços da vasalagem amorosa notam-se no poema do déspota Stefan quando ele dirige a sua dedicatória a alguém “do seu coração inseparável” e “ao seu reino sincero”.

Resta dizer que o destinatário das cantigas de D. Dinis é uma mulher, uma

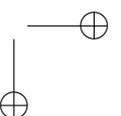
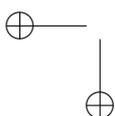
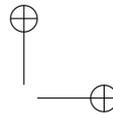
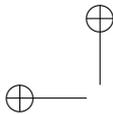




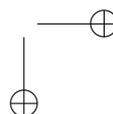
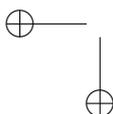
Figura 2: Fragmento de uma cantiga de D. Dinis

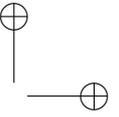
dama idealizada, uma bela pastora ou um “amigo”, mas claro está muito claro que se trata daquele sentimento que hoje em dia se chama “amor romântico”, o amor entre duas pessoas de sexos opostos. No *Dizer d’Amor* sérvio pelos adjectivos usados nota-se que se trata de uma pessoa do género masculino, para a qual os historiadores e críticos de literatura supõem ser ou o irmão mais novo do autor, ou algum amigo a quem ele não vê durante muito tempo, ou qualquer um dos seus jovens súbditos, “propícios para o amor”, com os quais ele se preocupa como bom soberano e deseja-lhes o bem supremo, que é atingir o amor parecido com o divino. Se na primeira estrofe o tom parece ser muito pessoal e o sujeito lírico se dirige a uma só pessoa, a sua voz mais tarde é dirigida a sujeitos múltiplos (“rapazes e raparigas”), para mais adiante aparecer um pronome pessoal “nós” referindo-se ao poeta e ao seu destinatário de quem está separado e com quem se voltará a reunir tendo esperança em Deus. Nestes versos não há nada de obsceno, não há possibilidade de o poema se interpretar como uma homossexualidade latente, porque se sabe que o poeta escreveu esta obra no ano de 1405, no mesmo ano em que casou. Mesmo que o seu casamento tenha sido combinado como na maioria dos casos das famílias nobres, o déspota Stefan amou muito a sua esposa sentindo-se triste por não ter tido filhos com ela. Não há indícios que a destinatária poderia ser a sua esposa, porque num meio patriarcal poderia ser mal visto que um homem exprimisse os seus sentimentos em público e porque todo o tom do poema é bastante filosófico, com reflexões e conselhos de carácter geral sobre o amor, como também de um amor cristão, assexuado, puro e quase fraternal.



Estão presentes também as saudades e a dor por causa da separação, nota-se a profundidade e a grandeza do sentimento, mas não há desespero por causa da “coita de amor”, nem frieza e distanciamento por parte do destinatário, como é habitual em toda a lírica trovadoresca, cujo exemplo mais representativo na poesia portuguesa são as cantigas de D. Dinis.

À guisa de conclusão, pela análise das cantigas amorosas do “Rei trovador” D. Dinis e do “déspota poeta” Stefan Lazarević, é indispensável dizer que o amor na época medieval foi um tema muito importante tanto para a reflexão filosófico-religiosa, como para a inspiração poética. Nas culturas portuguesa e sérvia, este sentimento é puro, sublime, incondicional, grande, sincero, profundo, leal, ultrapassa todos os obstáculos e acontece com o consentimento de Deus, tendo uma natureza mais profana, ou mais espiritual, mais romântica ou mais fraternal, mas de qualquer modo, o amor é aquele sentimento todo-poderoso, que dá força a quem ama, torna a sua vida mais bela, dá-lhe sentido e razão, aproxima o amante de Deus ou do seu ideal.





José Craveirinha: clássico e moderno¹

Francisco Noa

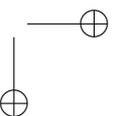
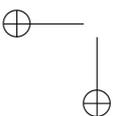
Na história da arte, em geral, e da literatura, em particular, sempre que se trata de classificar um autor ou o conjunto de uma obra, uma das dualidades com que mais frequentemente nos confrontamos é a que opõe clássicos vs modernos.

Insistir, hoje, nessa classificação pode aparentemente suscitar pouco interesse, mais a mais se tivermos em conta o crescente esbatimento das fronteiras entre aquilo que pode ser considerado clássico e o que se assume como moderno.

Por outro lado, onde colocar um poeta como José Craveirinha, campeão de todas as transgressões, paladino de todos os sincretismos, cantador das nossas grandezas e das nossas imperfeições?

Contudo, apesar destas hesitações preliminares, julgo que nenhuma outra dicotomia traduzirá com maior fidelidade a oposição entre o que é permanente e o que é efémero em arte, como também acredito que é através dessa mesma dualidade onde muito legitimamente poderemos resgatar a real dimensão do excepcional poeta que Moçambique produziu.

¹In Francisco Noa, *A Letra, a Sombra e Água. Ensaios & Dispersões*. Maputo: Texto Editores, 2008, pp. 98-100.



Na verdade, só um criador de eleição nos brindaria com poemas como “Grito Negro”, “Poema do Futuro Cidadão”, “Manifesto”, “Fábula”, “SIA-VUMA”, “Primavera”, “Quero ser Tambor”, “Joe Louis Nosso Campeão”, “Saborosas Tanjarinas d’Inhamabane”, etc.

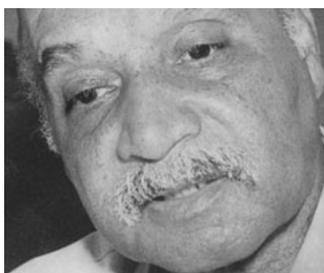


Figura 3: José Craveirinha

E obras como *Xigubo*, *Cela 1*, *Karingana ua Karingana*, *Maria* ou, então, *Babalaze das Hienas* são pequenas cintilações de um prodígio cujo brilho irá permanecer indefinidamente no nosso imaginário.

Afinal, o que significa ser clássico, o que significa ser moderno?

Ser clássico significa estabelecer as bases da fundação ou da consolidação de uma tradição. Tal como o fez Homero para a literatura grega, tal como o fez Virgílio para a literatura latina, ou tal como o fez Camões para a literatura portuguesa.

E o facto de gerações de poetas e escritores tão representativos como Eduardo White, Luís Carlos Patraquim, Filimone Meigos, Heliodoro Baptista, Ungulani Ba Ka Khosa, Mía Couto se inspirarem intensamente na poesia de José Craveirinha é sinal inquestionável de que a tradição literária por si inaugurada sedimentou e frutificou.

Segundo o poeta francês, Arthur Rimbaud, o primeiro estudo do homem que quer ser poeta é conhecer-se a si próprio, procurar a sua alma, inspeccioná-la, experimentá-la, aprendê-la. Ser clássico significa, portanto, saber interpretar superiormente a sua própria alma, mas sobretudo a alma e o destino de um povo, de uma cultura, de uma civilização, em última instân-



cia, da própria humanidade. É por isso que, por exemplo, Shakespeare é um clássico.

Ser clássico é pautar pela constância e pela firmeza do estilo, pela harmonia dos extremos, por um apurado sentido de equilíbrio, mesmo quando o caos parece instaurado, é, acima de tudo, viver a obsessão da perfeição tal como o fizeram os grandes homens do Renascimento italiano como Leonardo Da Vinci, Miguel Ângelo, Botticelli ou Rafael.

Ser clássico é conseguir que dois planos, a arte e a vida, que em matéria de grandeza nem sempre coincidem, se confundam num amálgama perverso e poderoso.

Ser clássico é descobrir, sem o saber, o segredo da imortalidade apesar de se ser tão contingente e tão mortal, é exprimir por meios simples verdades que desafiam os limites do tempo. Ser clássico, em arte, é encontrar poesia onde ela não existe, é perseguir as pequenas coisas para delas retirar lições duradoiras.

Ser clássico, enfim, é saber casar o talento e a oficina, o particular e o universal, ser homem do seu tempo e do tempo dos outros, dos que o precederam e dos que se lhe seguirão. É, por isso, que José Craveirinha é um clássico incontestado da nossa literatura.

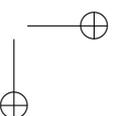
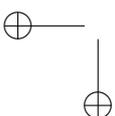
E o que significa, em contrapartida, ser moderno?

Ser moderno significa manter sempre viva a centelha da criatividade, da imaginação, da inquietação estética e existencial.

Ser moderno é fazer da ruptura e do inconformismo uma forma inteligente e criadora de estar na arte e na vida, instituindo a religião do novo, cultuando o futuro, fazendo-se profeta de todos os devires. É por isso que todos os clássicos são tão singularmente modernos.

Ser moderno significa oscilar permanentemente entre o eterno e o efémero na incessante vitalidade da questionação que perturba e desafia a cristalização de todos os poderes, especialmente os que minam a dignidade da arte e das nações.

Ser moderno, em literatura, significa experienciar até ao limite as potencialidades representativas e expressivas da língua, explorando todas as matizes, todas as sonoridades, todas as inflexões sintáticas, morfológicas e semânticas. É por isso que o próprio poeta afirma, em *Cela I*, que





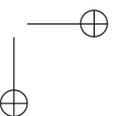
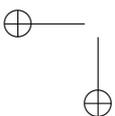
a dificuldade
da verdadeira poesia não são as ideias
são as palavras

Ser moderno é ser capaz de transformar, com audácia e penetração, o humilde em grande, o desconhecido em conhecido, o acessório em fundamental, o periférico em central, o trivial em transcendente. Foi assim que José Craveirinha fez da subversão da língua, língua literária, fez da tradição oral um valor e, definitivamente, consagrou o negro, o desfavorecido, a prostituta, o magaíza, o subúrbio, colocando-os no centro da escrita e do mundo. Isto é, dignificou o que até aí não tinha dignidade.

Por tudo isso, a poesia de José Craveirinha faz dele o primeiro grande clássico e o primeiro grande moderno da nossa literatura. É, pois, com ele que aprendemos a fundar e a consolidar a nossa tradição literária, cruzando a língua do outro com a nossa própria língua, revirando o imaginário do outro para alimentar o nosso próprio imaginário, espreitando as escritas dos outros para inventar a escrita moçambicana.

É com ele também que aprendemos a grande lição que muitos, infelizmente, ainda não entenderam, que somos, afinal, cidadãos de uma nação que está ainda por cumprir.

Finalmente, a singularidade de Craveirinha reside no simples facto de ao refabricar as palavras do quotidiano, o poeta não só ter reconfigurado a própria ideia de poesia, mas acima de tudo ter inundado o nosso imaginário com a máxima claridade que só os génios conseguem. Aqueles que precisamente podem ser, simultânea e eternamente, clássicos e modernos.





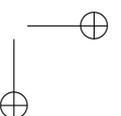
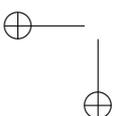
***Apresentação de Arquivo Secreto do
Vaticano. Expansão portuguesa.
Documentação. 3 tomos.
Coordenação geral José Eduardo
Franco. Lisboa: Esfera do Caos
Editores, 2011***

D. Manuel Clemente

A obra que agora nos é facultada reveste-se do maior interesse e oportunidade. Interesse derivado da temática e da qualidade rara da oferta; oportunidade advinda da grande procura de fontes sobre um sector indispensável da nossa história moderna e contemporânea.

Não transcrevendo os documentos, os autores dão-nos a síntese de cada um, com a respectiva referência de arquivo. É assim possível ao investigador saber de antemão o que existe e onde está, no grande acervo vaticano, poupando tempo e divisando também a série e o conjunto. Só por isto, o contributo da presente edição já é muito grande.

Pode parecer limitada a gama de assuntos desta documentação. Na verdade, referem-se à vida e interesses duma Nunciatura, naquilo em que superintendia e no que por ela passava. Relatórios de bispos, dispensas matrimoniais,

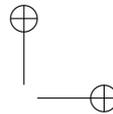
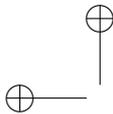


contactos com o Estado, nomeações de prelados, missões ultramarinas. . . Mas algum cansaço da leitura será logo obviado, se olharmos estes resumos documentais como o que eles principalmente são, quais indícios seguros da vida da Igreja nas ilhas e na costa de África, como ela se processou em tempos decisivos. E a esta luz, a leitura torna-se interessantíssima, pelo muito que nos deixa entrever.

Na sua clássica e ainda prestimosa *História eclesiástica de Portugal* (última edição: Lisboa, Europa-América, 1994), Miguel de Oliveira não hesitou em escrever: “Por meados do séc. XVII, os soberanos tornam-se absolutos [. . .]. O papa é geralmente posto à margem dos cálculos da política. A sua acção sobre o clero, cuidadosamente vigiada pelos governos, torna-se longínqua. O absolutismo reduz a Igreja a funções meramente decorativas. Mandam os reis no respectivo clero nacional, dispõem os benefícios e fomentam as doutrinas regalistas e estatistas, em detrimento da autoridade pontifícia” (p. 193).

Sem invalidar totalmente tais considerações, a historiografia subsequente tem-nas matizado muito, evidenciando tensões internas na Igreja e no Estado e muitas coincidências de agentes políticos e eclesiais, que não permitem sobrevalorizar tanto a um nem relativizar tanto a outra, nem considerá-los estáticos e facilmente definíveis do século XVII ao Liberalismo. No entanto, a iniciativa da Coroa em vários aspectos da vida interna da Igreja, da nomeação dos prelados ao exercício e defesa do padroado, são bem visíveis na documentação agora apresentada, realçando-se muito no conjunto. O mesmo se diga de outros pontos do trecho de Miguel de Oliveira, como o das “funções decorativas” que o catolicismo podia manter. . .

Mas 1820 abre o liberalismo português, que Miguel de Oliveira caracteriza assim, no que ao catolicismo em geral se refere: “A primeira [fase] decorre até 1870 (perda dos Estados pontifícios e queda do Império em França). É em nome da liberdade que se travam todas as batalhas, no campo político, económico e doutrinal [. . .]. Nada é estável, porque tudo depende da alternativa dos governos, cada um dos quais tem o seu conceito de liberdade. No entanto, a situação da Igreja só externamente pode parecer inferior à do período absolutista. Internamente, a Igreja revigora-se. Surge um movimento de reacção que leva os católicos mais eminentes pelo saber a contribuírem com seus escritos para a defesa e propagação da Fé. [. . .] Desde 1870, desenvolve-se a fase do laicismo. Apesar de todos os males, as Constituições liberais dos



antigos países católicos consideravam o Catolicismo ‘religião do Estado’. Os adversários da Igreja esforçavam-se por abolir esse ‘odioso privilégio’. [...] O que pretendem é expulsar a Igreja da vida pública, eliminar toda a ideia religiosa e construir uma sociedade nova completamente secularizada – a sociedade laica” (p. 225).

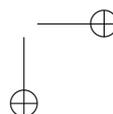
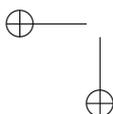
Também aqui, relativizando algumas observações, temos de valorizar certos pontos. É verdade, por exemplo, que o primeiro liberalismo manteve o carácter oficial do catolicismo português e é verdade que o republicanismo se lhe opôs. É verdade que o movimento católico português, do século XIX para o XX, aumentou o protagonismo laical, que teve outra presença na sociedade e na própria Igreja e que esta, sendo a mesma, teve de se posicionar doutro modo na relação com o Estado...

Mas, se evoco estes tópicos do mais clássico e divulgado dos nossos manuais de história da Igreja, é porque, ao ler as mais de mil páginas do 1.º volume da obra agora apresentada, me lembrei repetidamente deles e os vi de algum modo evidenciados nos resumos documentais. Passo a ilustrá-lo, nalguns casos que valem por muitos mais:

No documento 39, página 49, de 29 de Setembro de 1813, D. Joaquim Menezes de Ataíde, Vigário Apostólico do Funchal, informa que “suspendera a visita pastoral por motivos de saúde, mas mesmo assim crismara quase sete mil pessoas, confessara e dera também a comunhão”. Até aqui, nada que um prelado zeloso e “tridentino” não pudesse e devesse fazer, nas ilhas ou no continente. Mas, logo a seguir e sete anos antes da revolução liberal, o prelado já nos dá outras notas, doutro tempo que chegava: “Refere apreciar a religiosidade das pessoas do campo em oposição à cidade, onde diz que residem os libertinos e os maçons”.

A terminologia é quase estereotipada, depois da Revolução Francesa. Porém, mesmo sendo uma generalidade, já indicia alguma coisa... Aliás, talvez sete anos antes, em carta dirigida ao Núncio por um Franciscano (documento 1131, página 285), já se acusavam “Frei José Pestana e Frei João Nepomuceno de terem um comportamento despótico e serem inimigos da religião, por serem maçons”. Um problema interno à Igreja, portanto...

Dissensões internas – reais ou alegadas – que, em vésperas do nosso liberalismo, podiam ir ainda mais longe, até à própria apostasia, como parece ser o caso relatado no documento 1259, página 313, uma carta de João José da Cunha Ferraz ao Delegado Apostólico em Lisboa, datada de 30 de Julho de



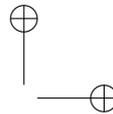
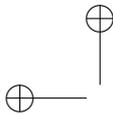
1819, em Angra (Açores). O autor “refere o seu desgosto em ver um português oriundo do continente recusar receber os sacramentos e confessar-se na hora da morte, apesar de ser intimado de que não teria sepultura eclesiástica”.

Tempos menos unívocos, aqueles, interrompendo aqui e ali a cadência documental agora editada. Vinte e cinco anos depois, já se trata de concorrência confessional propriamente dita, como no documento 1495, página 367, um rascunho de ofício do Internúncio ao Bispo do Funchal, de 27 de Agosto de 1844, em que “o autor manifesta tristeza com os relatos do Prelado [D. José Xavier de Cerveira e Sousa] sobre o estado da sua Diocese, que se debatia com falta de sacerdotes para obstem ao progresso da propaganda protestante [de Roberto Kalley]”.

Quatro anos depois, o documento 1509, página 370-371, abre-nos o pano sobre outra zona e circunstância, de problemática persistente ao longo do século. Trata-se de Angola, cuja implantação eclesial era e seria incipiente, bem como atribulada pela suspeita governamental em relação a missionários estrangeiros. Em ofício do Cardeal Soglia Ceroni para o Internúncio em Lisboa, de 18 de Julho de 1848, o purpurado “menciona a vacância da igreja de Angola [...] e o quadro desolador da Diocese, que sendo vastíssima não tinha mais do que nove sacerdotes [...], faltando doutrina e havendo corrupção de costumes, tentando-se instalar uma missão de Padres Capuchinhos [estrangeiros] naquela Diocese. Não podendo permitir por mais tempo a vacância da Diocese, o Santo Padre pediu à Rainha de Portugal que apresentasse o mais rápido possível um eclesiástico idóneo e digno para ocupar aquela sede vacante”.

Tocava-se aqui num ponto melindroso, como era o da indicação governamental de nomes para o episcopado. O cardeal requeria alguém “idóneo e digno”, mas como se definiam tais apelativos? No ano seguinte, o documento 1525, página 374, de 5 de Abril de 1849 – depois da guerra civil da Patuleia e no fim do cabralismo –, dá-nos um critério possível, pela pena do cónego lisboeta Manuel José Fernandes Cicouro, “informando [o Internúncio] ser o Chantre e Vigário Capitular de Bragança, Manuel Martins Manso [apresentado para a Diocese do Funchal], uma pessoa de comportamento regular e irrepreensível, não se envolvendo com partidos políticos nem com lutas pelo poder”.

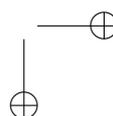
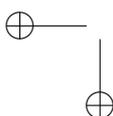
Por vezes surgem indícios de que aquelas “funções meramente decorativas”, que Miguel de Oliveira atribuía à Igreja no período anterior, podiam



permanecer em meados de oitocentos. O documento 1674, página 403-404, resume um ofício de D. Joaquim Moreira Reis, Bispo Eleito de Angola ao Internúncio, de 17 de Julho de 1850, “pelo qual remetia um requerimento apresentado pelos Cónegos de Luanda [. . .] em que solicitavam autorização do uso do roquete, embora já o praticassem há bastante tempo”. E o documento 1676, página 404, de 15 de Julho de 1852 é um ofício do Cardeal Lambruschini para o Internúncio em Lisboa, “concedendo ao Bispo de Angola autorização para o uso de cinta e meias aos Cónegos da Sé de Luanda”.

De tudo um pouco se pode entrever, lendo com atenção este indispensável volume. Seleccionei apenas mais dois documentos, já muito perto da implantação da República. O documento 4952, página 1039, é um ofício de Monsenhor António Maria Ferreira, Vigário Capitular de Angra, datado de 29 de Junho de 1910 e dirigido ao Núncio, “prevenindo-o para a eventual apresentação, por parte do Governo, do Deão José dos Reis Fisher para Bispo da Diocese de Angra”. – E por que o faz? “Pelo facto de o Deão se recusar a seguir o movimento nacionalista, ficando politicamente ligado ao Governo do Conselheiro Teixeira de Sousa”. Tudo muito significativo, tanto mais que, de seguida, sugere ao Núncio que consulte três jesuítas do mesmo parecer. . . Eis como um documento entre tantos revela uma delicada conjuntura, em que o catolicismo português estava longe de ser unívoco no fim da Monarquia. Por um lado, os que defendiam que toda a força católica devia apoiar o Partido Nacionalista, opositor do último governo de D. Manuel II: assim pensavam o subscritor e os seus amigos jesuítas. Por outro, os eclesiásticos ou leigos que tinham outros posicionamentos, como era o caso de Reis Fisher e tantos mais, distinguindo a causa católica da nacionalista.

Mas a complexidade católica da altura revela-se noutros pontos, que afloram na documentação agora disponível. E um deles, da maior relevância, é o protagonismo laical, que podia ser de primeira plana e determinante até. É o caso do Conde de Samodães, reconhecido líder do movimento católico, presença constante na vida eclesial portuguesa por décadas inteiras. O documento 5199, página 1082, é uma carta do Conde de Samodães ao Núncio, de 5 de Setembro de 1907, “comunicando o pedido do Cónego [José Alves] Correia da Silva para que lhe escrevesse de modo a não apoiar a sua nomeação para Bispo de [Angola e Congo]”. Pois bem: o documento seguinte é outra carta do mesmo Conde, de 4 de Dezembro seguinte, agradecendo ao Núncio “o facto de não ter insistido para o Cónego [José Alves] Correia da Silva acei-

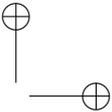
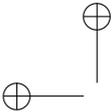


tar a Mitra de Angola e Congo, tendo em conta os muitos e bons serviços que fazia na Diocese do Porto”.

Em suma: analisada atentamente, esta preciosa documentação evidencia ao leitor um dinamismo eclesial bem maior e mais complexo do que se repararia sem ela. Por isso agradecemos vivamente a quantos a organizaram e agora a oferecem à historiografia e à cultura.

Reitoria da Universidade de Lisboa, 3 de Outubro de 2011





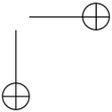
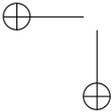
O Mito da Educação

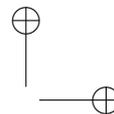
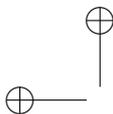
José Eduardo Franco

Educação e cultura são conceitos que, na realidade, mutuamente, se implicam a ponto de, nalgumas línguas, eles serem designados por um só termo. É o caso, por exemplo, do grego antigo em que um mesmo vocábulo – *paideia* – significa, a um tempo, “educação” e “cultura”. *Reflexo* de uma cultura é-o a educação na medida em que, através do seu canal, se transmite todo um legado adquirido de normas, de valores, de sentimentos, de modos de encarar o mundo e a vida, de hábitos, de costumes. *Projecto* de uma cultura é-o também a educação na medida em que, no processo transmissivo, se dão, necessariamente, modificações por adaptação, correcção, supressão, invenção. Nas épocas chamadas “estáveis” predomina o momento do reflexo: nas épocas chamadas “críticas” predomina o momento do projecto

Padre Manuel Antunes, SJ²

² Padre Manuel Antunes, sj, “Paideia e Sociedade”, in *Obra Completa*, Tomo II, Coordenação Científica de José Eduardo Franco, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 153.





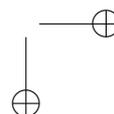
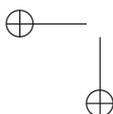
Tudo o que somos, somo-lo historicamente; tudo o que somos, somo-lo culturalmente; o saber como o ser apresentam-se como a fecundidade de um começo, constituem-se através de um duplo acto genésico: *veritas filia temporis* e *veritas filia plurium* – historicidade e pluralidade, tempo e comunidade são a terra natal de toda a cultura e de todas as culturas.

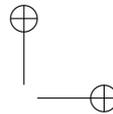
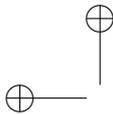
Manuel José do Carmo Ferreira³

A educação tornou-se um dos temas dominantes dos discursos do século liberal português até se tornar hoje, na era da Democracia, num tema central e incontornável. À medida que se caminhava para o crepúsculo do regime monárquico-constitucional e no ambiente pessimista finissecular gerado na transição do século XIX para o século XX, as preocupações intelectuais em torno da decadência portuguesa estavam eivadas de ideários diversos de regeneração da sociedade assentes na ideia de edificação do homem novo. Acentuava-se a valorização do ensino e da educação como instrumentos decisivos para alcançar a transformação social almejada. A educação emerge cada vez mais como a prioridade bem patente nos vários discursos regeneracionistas, fossem eles do universo laico, maçónico e anticlerical, ou fossem eles dos quadrantes monárquicos e católicos.

Por exemplo entre a intelectualidade ligada aos movimentos de intervenção cultural e política laicos ganhou-se a consciência aguda de que o melhor instrumento de transformação a médio e a longo prazo da alma da sociedade e dos indivíduos passava pela educação generalizada. A educação é eleita como a prioridade das prioridades. A educação passa a ser valorizada como o método e o meio. Expressão dessa supervalorização da via educativa pelos intelectuais progressistas laicos são os estudos comparatistas e as propostas reformistas, entre muitos outros, do grande publicista e historiador Manuel

³ Extracto de um texto inédito de Manuel J. do Carmo Ferreira, “Manuel Antunes e o Ecuemenismo das Culturas”, discurso proferido na sessão solene de inauguração do Instituto Europeu de Ciências da Cultura do Padre Manuel Antunes, 18 de Janeiro de 2008. Será publicado brevemente no Tomo VI da Obra Completa do Padre Manuel Antunes, sj, *Correspondência e outros textos*, Coordenação Científica de Aires Augusto Nascimento, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.





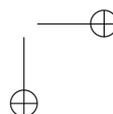
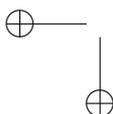
Borges Grainha, na sua obra dedicada à *Instrução Secundária de Ambos os Sexos no Estrangeiro e em Portugal*. Nesta volumosa análise, abre o capítulo dedicado à “Falta de instrução” diagnosticando ser esse “o nosso mal, o nosso grande mal”. A principal causa do atraso português em relação à Europa radicava na inexistência generalizada e organizada de “uma educação moderna, útil, prática e verdadeiramente científica, que nos ensine a aproveitar as riquezas e belezas deste torrão, capaz de nos dar a felicidade interna e a estima e respeito dos estranhos”⁴.

Do lado católico, encontramos como exemplo significativo a acção e a apologia da aposta na educação daquele que foi o fundador do Ministério da Instrução Pública em 1870, D. António da Costa. Acreditava, como expressou pela palavra dita e escrita, como pela fundação de instituições educativas, que “a instrução popular cria um grande capital financeiro ao desenvolvimento dos espíritos. Quanto mais apurados forem os conhecimentos dos operários e dos trabalhadores, mais perfeitos e, por isso, mais rendosos serão os produtos industriais e agrícolas. O salário dos operários, o lucro dos capitalistas e prosperidade do país crescem na proporção em que se aumenta a cultura das inteligências e a melhoria do trabalho individual. Universalizar a instrução é multiplicar a riqueza nacional”⁵.

Acreditava-se, pois, ter encontrado o segredo de preparar as novas gerações para atingir um ideal de perfectibilidade humana e assim edificar uma sociedade mais justa, mais próspera e mais feliz. Perante as dificuldades operativas das políticas do regime da monarquia constitucional, cujo diagnóstico das práticas governativas era desolador e denunciava o atraso crescente do país em relação à Europa do progresso e da ciência, via-se no recurso intensivo a uma educação generalizada e modernizada o meio de no presente “decadente” contribuir decisivamente para modificar o horizonte do futuro. Formar as elites de forma sólida e avançada e instruir as classes populares através do seu acesso às bases fundamentais de um ensino capaz de enfrentar os desafios do mundo moderno era o lema apregoado pelos intelectuais e ensaiado por alguns políticos, mas sem o êxito prático correspondente ao ideal propugnado em virtude da instabilidade governativa e da falta de investimento consistente do Estado neste domínio.

⁴M. Borges Grainha, *A Instrução Secundária de Ambos os Sexos no Estrangeiro e em Portugal*, Lisboa, Typ. Universal, 1905, p. XI.

⁵D. António da Costa, *A Instrução Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870, p. 229.



À medida que se caminhava em direcção à República e perante a insuficiente aposta do Estado numa política mínima de alfabetização eficaz da população a par da carência da modernização do país em termos de infra-estruturas materiais, diversos intelectuais e pedagogos empenhavam-se na concretização de projectos pedagógicos à luz de uma consciência tornada exigência de oferecer a educação para todos. Tanto assim é que a emergência do regime republicano faz deste ideário pedagógico, idealizado no século anterior, uma das suas bandeiras prioritárias e quis fazer do professor um sacerdote da nova sociedade que o novo regime pretendia edificar. Cabia ao professor não só instruir e desenvolver competências técnicas, mas formar o espírito em vista da transformação das mentalidades à luz da utopia positivista do progresso e da perfectibilidade social com base na razão e na ciência.

Contudo, como acontece muitas vezes, o que é idealizado e expresso em termos de discurso até pelos mais altos responsáveis políticos não é acompanhado por uma prática política consonante com as palavras ditas. Durante o regime monárquico-constitucional muitas palavras foram ditas, muitos planos traçados, até criado foi pela primeira vez o Ministério da Instrução Pública, mas a continuidade e consolidação das políticas e os meios de facto investidos deixaram muito a desejar. Na República, apesar da prioridade dada à educação e das políticas educativas assumidas, a instabilidade governativa, o défice de meios e a falta de concertação de métodos e projectos, deixou o ideário pedagógico republicano aquém das expectativas criadas. O debate promovido em torno da educação portuguesa intensificado na passagem do liberalismo para o regime republicano, apesar de não ter sido levado à prática na grandeza das propostas avançadas nem ter obtido a eficácia política esperada, pelo menos teve o mérito de criar uma consciência educativa crescente e de colocar na ordem do dia a educação como prioridade absoluta e como necessidade urgente para garantir o progresso do país e para promover uma sociedade mais justa marcada pela igualdade de oportunidades.

Enfim, a educação prepondera e torna-se moda como tema de discurso. As diferentes correntes ideológicas fazem da educação tema baricentral dos seus discursos utópicos. A educação no século XIX, um pouco à semelhança do que acontecera com a propaganda reformista pombalina, é travestida de roupagem ideológica. De facto, a educação e o discurso das ditas correntes em torno dos seus fins, meios e matrizes fazem dela um autêntico mito.

É neste clima intelectual tornado altamente sensível à questão educativa e



ao fomento da cultura e da ciência, indissociável da questão social e do correlativo projecto de alfabetização do povo, que se destacam na intelectualidade portuguesa pensadores e pedagogos que publicam as suas ideias e intervêm fortemente a fim de contribuírem para revolucionar o atraso crónico da educação em Portugal.

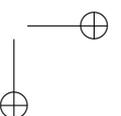
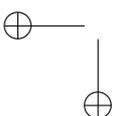
Nos vários sectores ideológicos afirmam-se intelectuais que teorizam, propõem métodos, concebem programas de intervenção política, fundam instituições, compõem novos manuais de modo a promover uma educação mais moderna e um sistema de ensino mais eficaz, muitos deles incidindo a sua preocupação e intervenção na fase das chamadas primeiras letras, fase decisiva para lançar bases sólidas e captar o interesse das crianças pela aprendizagem.

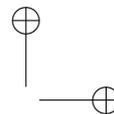
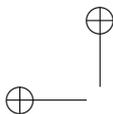
É, pois, neste ambiente em que a educação emerge com um imperativo social e torna-se séria preocupação de homens e mulheres comprometidos socialmente com a reabilitação do país, seja ela pela via cultural, científica, moral ou religiosa, que surgem figuras como António Feliciano de Castilho, António da Costa, Adolfo Coelho, Oliveira Martins, Teresa de Saldanha, João de Deus, João de Barros, João de Deus Ramos, entre muitos outros⁶, que deram contributos teóricos e práticos que merecem ser valorizados pela sua capacidade de inovação, pela sua generosidade de intervenção e dedicação à causa educativa e pela influência e abrangência do efeito das suas propostas e projectos realizados. Os discursos e os projectos pedagógicos que lhe estão associados tecem um autêntico mito da educação. Na educação se passa a depositar todas as esperanças da transformação social. Deificam-se as possibilidades transfiguradoras do ideário e do processo educativo e atribuem-se-lhes, quase sob a forma de crença, virtualidades transcendentais.

O mito da educação é indissociável do mito/utopia da construção de um homem novo e de uma sociedade nova, que todas as correntes, à sua maneira e à luz dos seus pressupostos e princípios ideológicas, pretendiam edificar. O discurso educativo da maioria dos movimentos ideológicos desta época transportava um ideário de perfectibilidade humana de teor mais ou menos teleológico e alguns deles até de sabor escatológico antecedidas de análises de teor apocalíptico da situação presente⁷. O ideal de restauração católica assumido pelo chamado neo-catolicismo ultramontano, a Ideia republicana de

⁶ Para uma visão exaustiva das figuras pedagógicas dos últimos dos séculos ver António Nóvoa (dir.), *Dicionário dos Pedagogos Portugueses*, Porto, Asa, 2003.

⁷ Ver a este respeito, por exemplo, o estudo de Maria Teresa Pinto Coelho, *Apocalipse e*





revolução política consubstanciada no movimento republicano, as correntes positivistas, cientistas, a ideologia socialista, livre-pensadora e anarquista, a maçonaria através das suas várias obediências, todos viam na educação um instrumento decisivo para a transformação social na óptica da sua corrente de pensamento e acção.

A educação era vista como o recurso de fundo e de longo prazo através do qual se acreditava influir orientativamente nas novas gerações, onde a escola emerge pouco a pouco como a instituição decisiva e central de todo o processo educativo. A mitologia ideológica da utopia de uma sociedade mais perfeita tinha influído fortemente na pedagogia desde Rousseau a Fourier, de Tolstoi a Gramsci, de Marx a Hegel, ou de Dewey a Illich, como explica Franco Cambini:

“foi um mito profundamente propulsor, inovador, capaz de activar críticas em relação às formas educativas existentes nas sociedades e, ao mesmo tempo, indicar metas para a projecção educativa, até ousadas, até mesmo ousadas demais, mas significativas e radicais”⁸.

Ao mito da educação associa-se a emergência de outro mito extraordinário na passagem da pedagogia da modernidade para a pedagogia da contemporaneidade: o mito da infância que dará origem ao chamado “puericentrismo pedagógico”⁹. O mito da criança e do universo infantil torna-se dominante na educação dos últimos dois séculos. Essa visão mítica assenta, como nos faz compreender o mesmo autor, na ideia/imagem/estereótipo da espontaneidade/naturalidade da infância e da sua posição como um dos modelos do homem novo, mais livre e mais genuíno, “não repressivo e não-autoritário”¹⁰.

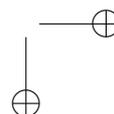
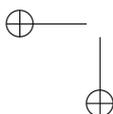
Esse modelo de homem em estado natural, liberto dos constrangimentos civilizacionais que lhe teriam comprimido o espírito e artificializados comportamentos, esteve na base da grande relevância dada à educação da infância e, através desta, à possibilidade de moldar o novo homem antes de ser

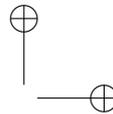
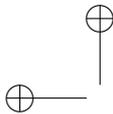
Regeneração. O Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

⁸ Franco Cambini, *História da Pedagogia*, São Paulo, UNESP, 1999, p. 392.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Ibidem*.





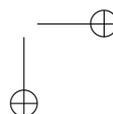
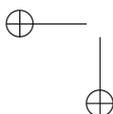
corrompido pelos vícios sociais “deformadores” do homem adulto. Essas visões utópicas vieram a encontrar nos séculos XIX e XX algumas belas recriações em Portugal, nomeadamente aquelas que ligam as reformas da educação pelo modelo da infância à utopia portuguesa do Quinto Império de raízes messiânico-milenarista, sebastianista e joaquimita. Tal se encontra, a título de exemplo significativo, nas belas e desconcertantes “Considerações sobre o Quinto Império” de Agostinho da Silva, que faz da criança e do seu modo de viver, de estar no mundo e de relacionar-se com os outros e com a natureza o modelo/matriz da revolução das relações de ensino/aprendizagem, professor/aluno, no fundo, das relações de poder clássicas que estruturam a nossa sociedade. À luz da sua filosofia vitalista e de uma “joaquimita inversão das hierarquias”¹¹, defendia uma revolução educativa realizadora de utopia pela criação de “lugares onde se aprenda e não lugares onde se ensine, cultivando a fantasia e não a memória, pondo o professor a ser criança e não a criança tendo como modelo o professor; suprimindo a obscenidade de as separar por sexos, o que é outra vez a origem diabólica do pecado, pondo-os em contacto com os problemas e não com as soluções; e não vendo em quem vai sair da escola uma simples unidade social, mas o filho de Deus; volte o professor, obediente ao aluno, a ser-lhe à imagem e semelhança.”¹²

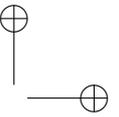
A mitificação das possibilidades da Educação, dos seus sujeitos primários e de algumas das suas instituições se não resolveu de forma exaustiva os problemas e lacunas largas de um ideário de ensino generalizado, pelo menos contribuiu para criar uma consciência cultural e uma atmosfera mental altamente sensível à importância pedagógica e à necessidade/gosto de aprender. Se hoje é um dado adquirido em termos sociais e políticos a questão da educação como uma das primeiras prioridades, tal se deveu à batalha social, cultural e mental dos paladinos dos dois séculos anteriores em favor do acesso de todos ao saber. Também neste domínio, as conquistas de ontem são as nossas facilidades de hoje.

Mas hodiernamente novas conquistas e desafios maiores se colocam à edu-

¹¹ Sobre a influência do joaquimismo ver José Eduardo Franco e José Augusto Mourão, *A Influência de Joaquim de Flora na Cultura Portuguesa e Europeia*. Com a edição dos Escritos de Natália Correia sobre a Utopia da Idade Feminina do Espírito Santo, Lisboa, Roma Editora, 2005.

¹² Agostinho da Silva, “Considerando o Quinto Império”, in *Tempo Presente*, n.ºs 17-18, 1960, p. 16.

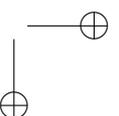
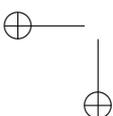




cação, conquistada que foi alma da sociedade em favor da mesma. À Educação impõe-se desde logo repensar não só os modelos, mas também o papel da instituição escola, responsável pela massificação contemporânea do ensino, e a sua centralidade pedagógica quase absoluta. A super-concentração das funções educativas na escola importa ser questionada. Há que fazer um trabalho de desconcentração e diversificação educativa sob pena de nos cristalizarmos em novos atavismos, de padeceremos de novas iliteracias e atrasos. António Nóvoa expressava recentemente estas preocupações numa entrevista concedida a Henrique Manuel Pereira e a Cristina Vieira:

“Uma sociedade que se diz do conhecimento tem de criar redes e instituições que, para além da Escola, se ocupem da formação, da cultura, da ciência, da arte, do desporto. Estou a pensar no que tenho designado por *espaço público da educação*, um espaço que integre a escola como um dos seus pólos principais, mas que é ocupado por uma diversidade de outras instâncias familiares e sociais”¹³.

¹³ António Nóvoa, “Entrevista: pela Educação”, in *Saber & Educar*, n.º 11, 2006, p. 115.





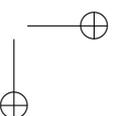
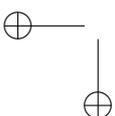
A simbologia das cores e dos animais no conto de fadas “Branca de Neve”

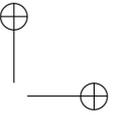
Ismenia Pêgo¹⁴

Era uma vez, no meio do inverno, quando a neve caía como plumas do céu, uma rainha que estava sentada perto de uma janela cuja moldura era de ébano negro. Enquanto costurava olhando para a neve, picou o dedo com a agulha e três gotas de sangue caíram na neve. O vermelho ficou tão lindo sobre a neve branca que ela pensou: “*Quisera uma filha branca como a neve, rosada como o sangue, e de cabelos negros como a madeira da janela*”. Pouco depois teve uma filha que era branca como a neve, rosada como o sangue, e de cabelos negros como o ébano, e que por isso passou a chamar-se Branca de Neve.

(Irmãos Grimm)

¹⁴Licenciada em Letras – Português, Espanhol e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola. Pós-Graduada em Literatura Infanto-Juvenil. É professora integrada no projeto “De olho no futuro”, voltado para a preparação dos alunos do 3.º ciclo para escolas técnicas. É também Coordenadora Pedagógica numa Escola Secundária.





Branca de Neve é a “filha do desejo”; é a própria encarnação do ser idealizado.

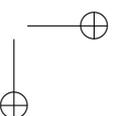
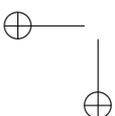
Uma combinação de três cores está ligada à origem de Branca de Neve: vermelho, branco e preto – *o vermelho do sangue, o branco da neve e o preto do ébano*.

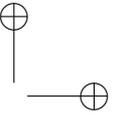
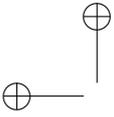
O vermelho, que representa o sangue, é o princípio da vida; é o sangue materno, o sangue gerador que contém as substâncias primordiais da filha sonhada: *beleza, ardor, riqueza, saúde, vivacidade, imortalidade*. É toda uma expressão de vida que se deposita na brancura da neve em contraste com o preto do ébano.

Simbolizando a ausência ou a soma das cores, tanto o branco quanto o preto representam o vazio, o nada, o neutro, a passividade absoluta. Entretanto, essa idéia de vazio total não indica um estado permanente, mas sim transitório, pois o preto, associado à idéia da noite, contém a promessa da aurora, e o branco, a cor da alvorada, a promessa do dia. Podemos dizer, assim, que a associação dessas cores representa o momento de suspensão da vida, em que tudo está inerte, pronto, preparado, à espera do sopro vital. Em outras palavras, temos aí manifesto um ritual de passagem. O branco é a cor de “candidus” (candidato), daquele que vai mudar de condição, assim como o preto é a promessa de uma vida renovada; são, pois, as cores de passagem, quando se operam as mutações do ser e o nascimento de um novo indivíduo. Esse nascimento de Branca de Neve pode ser entendido como nascimento da criança, *primeira fase da vida, ou da mulher*.

Entendido como nascimento da criança, essas cores simbolizariam as qualidades substanciais do indivíduo: o vermelho, a vivacidade, a saúde, a beleza, a sexualidade; o branco, a pureza, a consciência, a sabedoria; o preto, a renúncia à vaidade, a seriedade, o universo instintivo.

Entendido como nascimento da mulher, as três cores simbolizariam o despertar da sexualidade. É a brancura virginal maculada pelo desejo sexual, que aparece simbolizado pelo sangue vermelho, primeiro indicador desse rito de passagem. O preto aparece aí em oposição à luz, representando o obscuro, o desconhecido, a falta de compreensão em relação às mutações que se estão operando no ser. É o crescimento que obedece apenas às leis da natureza, em desacordo com a vontade humana. Simbolizando a morte e o luto, o preto



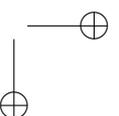
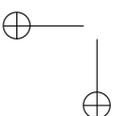


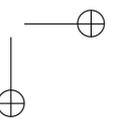
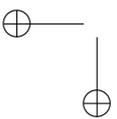
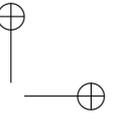
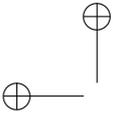
poderia ainda representar o fim da infância, a morte definitiva da criança e a saudade desse período na vida humana, povoado de magia e sonho.

O estado de letargia no qual Branca de Neve mergulha após comer a maçã – “*fruta do pecado*”, da “*sexualidade*” – é aureado com a visita de três aves: uma coruja, um corvo e uma pomba. A coruja, símbolo da sabedoria, é a reflexão que domina as trevas; representa o conhecimento, a clareza dos fenômenos. O corvo, considerado ave solar, pode representar o ser que está amadurecendo. A pomba, ave de Afrodite, a deusa da BELEZA e do AMOR, representa a realização amorosa em toda a sua beleza e simplicidade.

Amor, conhecimento e maturidade - eis os três elementos que caracterizam a fase adulta. A simbologia das três aves que visitam Branca de Neve faz com que compreendamos o sono dessa personagem como o sono do crescimento; segundo Bettelheim: “*um período de gestação, seu período final de preparação para a maturidade*”¹⁵.

¹⁵Bruno Bettelheim, *A psicanálise dos Contos de Fadas*, Lisboa, Bertrand, 1999.







O nascimento da República no Brasil

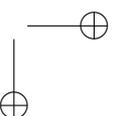
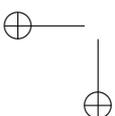
Flavia Fernandes¹⁶
Tânia Pêgo¹⁷

[...] Nada se mudaria. O regime sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. [...] No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a Constituição.

Machado de Assis, *Esau e Jacó*, 1904

¹⁶ Licenciada em História (2006) e Mestre em História Social (2009) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Desde a graduação desenvolve pesquisas relacionadas com a história do trabalho e a história do Rio de Janeiro no final do século XIX. Actualmente, participa das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas “Intelectuais, Sociedade e Política” (GEPISP), cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹⁷ Licenciada, no Brasil, em Português e Literaturas de Língua Portuguesa, lecionou em escolas públicas e privadas e foi assessora do Pólo de Treinamento de Professores para os CIEPs (Centro Integrado de Educação Popular). Em Portugal, tirou o mestrado em Literaturas Românicas e actualmente trabalha como Investigadora Auxiliar do Grupo de Investigação 3 no CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

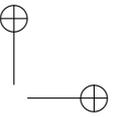
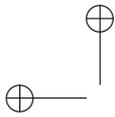


A crise da monarquia e a agitação republicana

Sendo uma das datas cívicas mais importantes no Brasil – o que justifica o fato de ser feriado nacional festejado anualmente – o 15 de Novembro rememora um dos grandes episódios fundadores da história política brasileira atual: a proclamação da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Embora seja, com frequência, lembrado como um evento repentino, ocorrido de supetão, resultante de um golpe militar para a deposição de Dom Pedro II, a instituição do regime republicano em 1889, na realidade, não foi um acontecimento tão imprevisto assim. Mesmo que seu nascimento possa ter ocorrido “de chofre”, como afirmou Euclides da Cunha em *Os Sertões*, a República foi gerada no Brasil pelo desenrolar de imbricados processos históricos na segunda metade do século XIX.

É facto que se for analisada da perspectiva do dia da proclamação, a República brasileira tende a ser imediatamente vista como consequência de questões militares. Desde a Guerra do Paraguai (1864-1870), o Exército Nacional foi, pouco a pouco, adquirindo importância no cenário político brasileiro. Na década de 1880, uma série de atritos envolvendo militares e a Coroa evidenciou o ambiente de tensão existente e que, em linhas gerais, implicava em insatisfação do setor militar no que se refere às limitações de direitos de cidadania. Remontando, portanto, processos anteriores, o protagonismo do Exército em novembro de 1889, sob a liderança de Deodoro da Fonseca, não parece ser muito questionável. Fenómeno que foi atestado por testemunhas, como foi o caso do republicano Aristides da Silveira Lobo. Em carta publicada no *Diário Popular* (de 18 de novembro de 1889), em que afirmava que o povo assistira aos eventos desenrolados no dia 15 “bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”, ressaltou que “por ora, a cor do governo é puramente militar [...] porque a colaboração do elemento civil foi quase nula”.

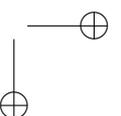
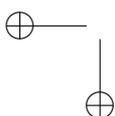
No entanto, se a proclamação da República for estudada do ponto de vista de outras “questões” – para além da militar – que antecederam ao 15 de Novembro, pode-se perceber que a queda da Monarquia envolveu vários processos históricos. A chamada “questão religiosa”, desenvolvida entre os anos 1872 e 1875, foi um deles, pois constituiu um fenómeno importante e que abalou significativamente a Monarquia brasileira. Em termos conjunturais,



tratou-se de um conflito de jurisdição entre bispos das províncias do Pará e de Pernambuco com o poder civil, mas na estrutura, o que esteve em debate foi a própria concepção e prática da religião no Império. Isso porque estas estavam fundadas na política regalista, segundo a qual as iniciativas da Igreja dependiam da aprovação e recursos concedidos pelo Estado. Em meio às tensões da década de 1870, a atuação do Estado em relação à Igreja foi contestada e a política imperial demonstrou grande inabilidade em lidar com os interesses católicos.

Outro grande problema enfrentado pelo Governo imperial brasileiro foi a “questão servil”, que se relacionava diretamente com a principal base de apoio da Monarquia: a classe dos grandes proprietários escravistas. Colocado em pauta por intelectuais e políticos imperiais desde a Independência, o problema da mão-de-obra ganhou um tom dramático a partir da segunda metade do século XIX. Em sintonia com a própria crise da escravidão, estabelecida, sobretudo, pelo fim definitivo do tráfico intercontinental de africanos em 1850, a discussão política e ideológica sobre o assunto oscilou entre a extinção da escravatura e as estratégias para a substituição da força de trabalho escrava. Deste modo, colocava-se, de um lado, a questão da forma como deveria se encaminhar o término do sistema escravista, com o emancipacionismo gradual ou com a abolição imediata. No que se refere a esse ponto, não se pode desconsiderar o desenvolvimento do movimento abolicionista, que a partir dos anos 1880 ganhou força no parlamento, na imprensa e nas ruas. De outro lado, encontrava-se a problemática da importação de trabalhadores estrangeiros, que indicava como solução o estímulo às políticas ou iniciativas imigrantistas.

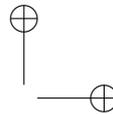
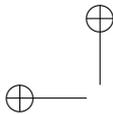
Para além das “questões militar, religiosa e escravista”, que alimentaram o contexto efervescente do final do século XIX, é preciso considerar que em 1889 o movimento republicano já estava, em certa medida, amadurecido no Brasil. Ainda que referências às ideias republicanas tenham sido feitas em diferentes situações anteriormente, foi em 1870 que o republicanismo se oficializou no país. Isso ocorreu em 2 de dezembro daquele ano, quando circulou o primeiro número do jornal *A República* com a publicação do *Manifesto Republicano*. A partir da elaboração desse documento, que apresentava críticas à Monarquia, defendia o princípio descentralizador do federalismo e silenciava sobre o problema da escravidão, a propaganda republicana ganhou corpo no país. Formaram-se, então, clubes e partidos políticos provinciais, que chega-



ram a eleger representantes para a Câmara de Deputados; criaram-se outros jornais de divulgação de ideais republicanos e que combatiam o Governo imperial; e organizaram-se Congressos Republicanos, como os de 1887 e 1888. Abrigando tendências diferenciadas, como republicanos históricos, os positivistas, os moderados, os liberais e os descontentes com os rumos da política imperial – como os latifundiários escravistas –, entre outros, o republicanismo já constituía, em finais dos anos 1880, um movimento que fazia propaganda ativa no país. E na defesa à causa da República sempre se utilizava a afirmação de Quintino Bocaiúva no manifesto de 1870, sobre a situação de isolacionismo político do Brasil no continente americano: “Somos da América e queremos ser americanos”.

No contexto do ano de 1889, a campanha republicana havia se expandido substancialmente graças à abolição da escravidão. A assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel em 1888 abalou consideravelmente os alicerces da Monarquia brasileira – sustentados na reprodução da ordem escravista. Os meses que sucederam o dia 13 de maio de 1888 até o dia 15 de novembro de 1889 foram extremamente conturbados do ponto de vista político e de grande crescimento da campanha republicana no país, em particular na Corte. Nesse momento, vê-se, cada vez mais, a perda de apoio político por parte da Monarquia e o aumento da adesão de antigos proprietários escravistas ao Partido Republicano (os chamados “republicanos de 14 de maio”); o agravamento dos problemas dinásticos diante da fragilidade da saúde do monarca e da ausência de um herdeiro homem para o trono; o sucesso da bandeira federativa – recusada pelo Governo imperial – que levava monarquistas como Rui Barbosa à defesa do ideal republicano; e a radicalização da campanha por alguns partidários da República, como Antônio da Silva Jardim, que, em eventos republicanos, esteve envolvido em sérios confrontos com a Guarda Negra.

Assim analisada, a Proclamação da República no Brasil, em novembro de 1889, não parece ter sido um acontecimento completamente imprevisto. Sendo de certa forma previsível anteriormente, em função do desenrolar de complexos processos históricos, talvez possa se pensar que mais inusitados foram os anos que seguiram à instauração do regime republicano brasileiro. Momento em que a turbulência inicial havia sido superada e, as engrenagens da República brasileira iriam realmente começar a funcionar com a “invenção



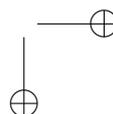
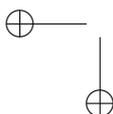
republicana” da presidência de Campos Sales (1898-1902) e dos governos que o seguiram¹⁸.

O 15 de Novembro de 1889 e a instauração da República brasileira

A perda de apoio dos “Barões do Império” pela Monarquia, a escolha de um novo gabinete liberal, presidido pelo Visconde de Ouro Preto disposto a fazer inúmeras reformas sociais, políticas e administrativas, a tensa indisposição existente entre o Governo imperial e os militares, entre os quais ganhava força a defesa pelos ideais republicanos, e novas articulações entre militares descontentes (como Benjamin Constant, Mena Barreto e Sólton Ribeiro) e republicanos civis (como Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério e Aristides Lobo), culminaram nos planejamentos para a derrubada da Monarquia brasileira no final do ano de 1889. No dia 11 de novembro, os conspiradores reuniram-se na casa de Deodoro e acertaram o desfecho do golpe. Na madrugada da sexta-feira 15 de novembro, o general assumiu o comando das tropas revoltosas, reunidas no Campo da Aclamação, e dirigiu-se para o cerco ao Quartel-General do Exército, onde se reunia o Gabinete Ministerial. O resultado imediato foi a deposição do Governo Imperial e a prisão dos seus integrantes. Tendo tudo ocorrido de forma quase pacífica, a contar com o Ministro da Marinha, Barão de Ladário, que saiu ferido.

Entretanto, foi dada ao Visconde de Ouro Preto a autorização para enviar um telegrama ao Imperador D. Pedro II, que se encontrava em Petrópolis, alertando-o do ocorrido e solicitando o seu rápido regresso à Corte. O Imperador chegou ao largo do Paço no início da tarde e logo se encontrou com o Conde e Condessa d’Eu e Visconde de Ouro Preto. Em breve conferência, D.

¹⁸ Renato Lessa, *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira República*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1999; Margarida de Souza Neves, “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”, in Lucília de Almeida Neves e Jorge Ferreira, *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003; José Enio Casalechi, *A proclamação da República*, 2.^a ed., São Paulo, Brasiliense, 1982.



Pedro II foi informado do acontecido, incluindo a demissão do seu último ministério. Mesmo com a intenção de reagir, na tentativa de organizar um novo gabinete, o Imperador nada pôde fazer, pois o Marechal Deodoro, pressionado por alguns republicanos, acabou por assinar o documento de Proclamação da República (ver *Arquivo Documental*). Nessa mesma tarde a República foi oficialmente proclamada na Câmara Municipal, dadas as iniciativas tomadas por jornalistas e homens públicos, como Aníbal Falcão, José do Patrocínio e Pardal Malet. Dom Pedro II permaneceu no Paço, guardado por tropas.

Já durante a noite, foi instituído um *Governo Provisório* republicano do qual faziam parte o Marechal Deodoro da Fonseca como Presidente da República e chefe do Governo Provisório e o Marechal Floriano Peixoto, como vice-presidente. Como ministros foram escolhidos inicialmente: Benjamin Constant (que assumiu a pasta da Guerra), Quintino Bocaiúva (como Ministro das Relações Interiores e responsável, interinamente, pelas pastas da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que foram posteriormente passadas para Demérito Ribeiro), Rui Barbosa (com o ministério da Fazenda), Campos Sales (com a pasta da Justiça), Aristides Lobo (como Ministro do Interior) e o Almirante Eduardo Wandenkolk (Ministro de Marinha e chefe de esquadra). Sendo todos eles de variadas tendências políticas – positivistas, liberais, republicanos históricos, moderados ou de “última hora” – e, em muitos casos, membros regulares da maçonaria brasileira. Foi ainda elaborado o 1.º Decreto da República do Brasil (ver *Arquivo Documental*).

No dia seguinte, o Marechal Deodoro, através do Major Sólton Ribeiro, enviou uma carta ao Imperador explicando as razões que o levaram a proclamar a República e exigindo que toda a família imperial abandonasse o Brasil num prazo de 24 horas, para evitar constrangimentos maiores (ver *Arquivo Documental*). Em carta endereçada a Rui Barbosa, o Imperador deposto concordou com a partida. Esta só aconteceu no dia 17 de novembro de 1889, quando o ex-Imperador embarcou, com sua família, em paquete fretado pelo Governo Provisório, em direção a Lisboa (ver *Arquivo Documental*). Tratava-se do banimento da família imperial do Brasil, que somente pôde retornar em 1921, quando ocorreu o traslado e o repatriamento dos restos mortais de Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina.

As repercussões dos acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889 ocorreram, principalmente, na imprensa. E foi por meio deste veículo de comunicação que a população entendeu realmente quais foram as consequências



da agitação ocorrida na Corte e da nova realidade política do país. A *Gazeta da Tarde* foi um dos poucos jornais que anunciou, no próprio dia, a queda da Monarquia e a instauração da República. O artigo assim se iniciava:

A partir de hoje, 15 de novembro de 1889, o Brasil entra em nova fase, pois pode-se considerar finda a Monarquia, passando a regime francamente democrático com todas as consequências da Liberdade.

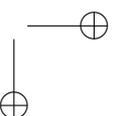
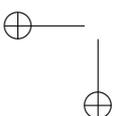
Outro, como *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, deu-se ao trabalho de registrar passo a passo, hora a hora os atos dos republicanos. A Proclamação da República, porém, só teve maior repercussão no dia seguinte. Quase todos os jornalistas reservavam para si o direito da “não-imparcialidade”, como se pode ler no trecho extraído do jornal *Vida Fluminense*, de 17 de novembro:

Desde ante-ontem que o Brasil é uma república federativa. O exército e a armada nacionais, confraternizando com o povo, completaram a limpeza da pátria, começada no dia 13 de maio de 1888.

No fluxo de informações e ideias que foram veiculadas nos jornais sobre os acontecimentos e as consequências ligadas ao nascimento da República no Brasil, não faltaram os discursos que valorizavam a ação do Exército, ao derrubar a Monarquia e proclamar o regime republicano brasileiro, e as perspectivas positivas para o futuro do Brasil. Ainda no dia 15 de novembro de 1889, a *Gazeta da Tarde* transmitia o texto que se segue:

A partir de hoje, 15 de novembro de 1889, o Brasil entra em nova fase, pois pode-se considerar finda a Monarquia, passando a regime francamente democrático com todas as consequências da Liberdade.

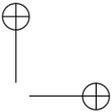
Foi o Exército quem operou esta magna transformação; assim como a 7 de abril de 31 ele firmou a Monarquia constitucional acabando com o despotismo do Primeiro Imperador, hoje proclamou, no meio da maior tranquilidade e com solenidade realmente imponente, que queria outra forma de governo.



Assim desaparece a única monarquia que existe na América e, fazendo votos para que o novo regime encaminhe a nossa pátria a seus grandes destinos, esperamos que os vencedores saberão legitimar a posse do poder com selo da moderação, benignidade e justiça, impedindo qualquer violência contra os vencidos e mostrando que a força bem se concilia com a moderação. Viva o Brasil! Viva a Democracia! Viva a Liberdade!

Contudo, a interpretação positiva da mudança de regime não foi aceita unânime e acriticamente tanto pela população brasileira, como e, especialmente, pelos grupos perdedores. Para o presidente do gabinete de ministro derrubado pelo golpe militar, Visconde de Ouro Preto, por exemplo, a República foi um erro, como posteriormente se expressou no seu livro *Advento da ditadura militar no Brasil*:

O Império não foi a ruína. Foi a conservação e o progresso. Durante meio século manteve íntegro, tranqüilo e unido território colossal. O império converteu um país atrasado e pouco populoso em grande e forte nacionalidade, primeira potência sul-americana, considerada e respeitada em todo o mundo civilizado. O Império aboliu de fato a pena de morte, extinguiu a escravidão, deu ao Brasil glórias imorredouras, paz interna, ordem, segurança e, mas que tudo, liberdade individual como não houve jamais em país algum. Quais as faltas ou crimes de D. Pedro II, que em quase cinqüenta anos de reinado nunca perseguiu ninguém, nunca se lembrou de uma ingratidão, nunca vingou uma injúria, pronto sempre a perdoar, esquecer e beneficiar? Quais os erros praticados que o tornou merecedor da deposição e exílio quando, velho e enfermo, mais devia contar com o respeito e a veneração de seus con-cidadãos? A República brasileira, como foi proclamada, é uma obra de iniquidade. A República se levantou sobre os broqueis da soldadesca amotinada, vem de uma origem criminosa, realizou-se por meio de um atentado sem precedentes na História e terá uma existência efêmera!



Brasil e seus brasileiros

Sueli de Souza Cagneti¹⁹

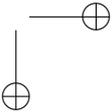
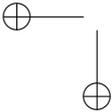
LEI N.º 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008

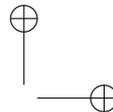
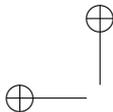
Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Afinal quem somos nós, estes quase 200 milhões de brasileiros, distribuídos por esta infinidade de terra chamada Brasil?

É lugar comum dizer-se que o povo brasileiro é colorido, multifacetado, alegre, com gingo, aberto às novidades, cordato, sincrético (católico, mas às vezes casado mesmo assim, na igreja luterana, com um pé no terreiro, entusiasta das filosofias budistas e hinduístas e, tantas vezes, ateu confesso, pagão por escolha familiar ou praticante nas horas de desespero das inúmeras igrejas evangélicas, seja freqüentando seus espaços, seja acompanhando suas cerimônias de exorcismo e afins através da televisão. E isso tudo numa mesma vida,

¹⁹ Pesquisadora e professora do mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – UNIVILLE (Universidade da Região de Joinville) – Joinville – SC – Brasil.





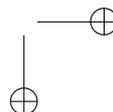
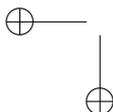
vale lembrar!). Enfim, estes somos nós, no nosso abrir os braços para os estrangeiros que chegam e aqui se instalam para todo o sempre, a aceitar melhor os produtos vindos da terra do tio Sam do que os nossos, a descobrir em nossa pele um pouco do vermelho, mas também do preto e do branco quase azulado, acompanhado de cabelos escorridos de tão lisos, ou então, encaracolados em seu negrume ou no vermelhão dos ditos, cabelos de fogo, emoldurando rostos ovalados, quadrados, redondíssimos, que apresentam olhos azuis, verdes e em suas combinações possíveis e sugestivas em relação à miscigenação das raças. Isto sem esquecer da distribuição de norte a sul, de pessoas altas, fortes, com aparência nórdica, convivendo com figuras mignons a lembrar ancestrais indígenas ou portugueses, assim com morenos em todas as suas tonalidades, de estatura alta, esguios e de dentadura branquíssima e brilhante. Pois é, somos todos brasileiros, independente da cor, estatura, tipo de cabelo, cor de olhos, formato do rosto e por aí vai.

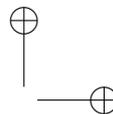
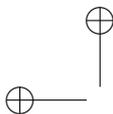
Daí a ouvir-se, pelas razões acima citadas, referências a pessoas de descendência europeia, “fulano é de origem”... (raça pura?) Como se os não assim catalogados (de origem italiana, alemã, portuguesa) não a tivessem. Esquecemo-nos, pois, que dificilmente está a correr em nossas veias, um único sangue, seja ele europeu, africano, indígena ou oriental, que também este último já está na mescla das origens brasileiras.

Se nos dermos ao trabalho de fazermos uma pesquisa mais apurada de nossas famílias, envolvendo não apenas pais, irmãos e avós, mas também tios, primos, sobrinhos, cunhados, perceberemos a mistura de Souzas, Machados e Silvas, com Perrotis, Rubinis, Kohlers, Schmits, Fernandez, Sterns, Rauhens, Brunets, Kishimotos, Hoffmanns, Maffezzollis, Friedmans, Phelps, Brownes, Gordons, Gutierrez, Jacobs, Filberts e tantos outros. Isto sem contar com a miscigenação com indígenas e africanos, cuja presença não vem marcada pelo sobrenome, dado ao fato de terem os colonizadores imposto seus sobrenomes, ou então, criações portuguesas de sobrenomes para estes povos considerados secundários, segundo seus padrões de civilização.

Bem, tudo isto para dizer que neste grande caldeirão, no qual se misturou, amalgamou e emergiu um povo – o nosso – há que se buscar conhecer melhor nossos ancestrais, cuja quantidade em termos de diversidade, possa estar contribuindo para sua qualidade, ao menos enquanto povo menos rígido, menos unilateral em seus juízos de valor e de humanidade.

É por esta razão também que embora nossa língua oficial seja o portu-





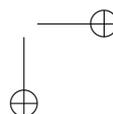
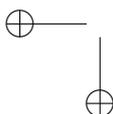
guês, muito longe estamos do falar lusitano dos doadores de nossa língua mãe. Para além dos acentos e ondulações muito nossas, temos as palavras de contribuição indígena, como *pitanga*, *Piçarras*, *araçá*, *Itajaí*, *Itapema*, *Curitiba*, *açaí*, *guaraná tucumã*, *Jaci*, *Guaraci*, ou de contribuição africana, como *dendê*, *acarajé*, *moleque*, *candomblé*, *mugunzá*, *banzo*, *Yemanjá*, *fuzuê*, *capoeira*, *quilombo*, *berimbau*, *Oxum*, *orixá*, e tantas outras, assim como palavras de outras línguas que sofreram alterações e que aqui estão hoje a fazer parte do português brasileiro.

Poderíamos falar ainda, de nosso modo de vestir, de nossas festas, de nossas comidas, de nossa fama de povo que adora tomar banho (muitas vezes mais do que o necessário, segundo alguns europeus), de nossas crenças (ou credences), ora na natureza, ora nos deuses, ora nos santos, por vezes nos anjos, outras nos espíritos desencarnados: do negrinho do pastoreio à figura de São Longuinho, da água benta à espada de São Jorge (para não dizer da lança de Ogum, segundo a transposição africana de seus deuses para driblar os seus missionários), ou da ferradura na entrada das casas ou da vassoura (da bruxa) atrás da porta.

Tudo isso para dizer que se a nossa riqueza está na miscigenação das raças aqui contidas, não há como ignorar os povos que dela fazem parte. Principalmente aqueles que, por não fazerem parte do ainda hoje considerado primeiro mundo, terem sido ignorados tanto pelo governo como pela igreja que aqui se instalou, cujo proceder foi o de impingir a eles (índios e africanos) os seus costumes e suas crenças. Além de naturalmente – ao lhes sufocar a cultura e identidade – escravizá-los de forma desumana.

Tem-se, portanto, uma dívida com estes homens (índios e negros) que fazem parte da formação do povo brasileiro. Por isso as cotas nas universidades brasileiras para descendentes deles. Daí a necessidade de demarcar terras para os indígenas, devolvendo um pouco do que foi deles, por pelo menos 50 mil anos antes do portugueses aqui chegarem e tomarem posse do que já tinha dono. Do mesmo modo, há que se achar maneiras de devolver aos afro-descendentes muito do que foi tirado de seus ancestrais para que o Brasil fosse colonizado.

É aqui que entra a razão de – a partir dos últimos anos – a escola brasileira contemplar o estudo da cultura, da arte e da literatura destes povos. A História do Brasil é a história do seu colonizador, mas é também – e sobretudo – a

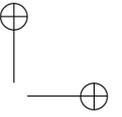
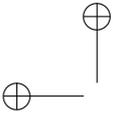


história dos nativos de sua terra e dos que forçadamente para cá vieram para auxiliar na sua colonização.

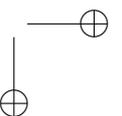
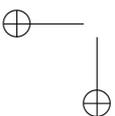
Eis a finalidade da lei federal **11.645/2008**: contribuir para o estudo, a reflexão e a descoberta de um povo que está nas nossas origens, muitos ainda vivendo de forma isolada e sem contato com os outros brasileiros. Sua intenção maior é de discutir a civilização indígena sem os rótulos que lhe foram impostos até hoje, sem os lugares comuns que desembocam sempre nas mesmas conversas (colares, penas, miçangas, cocares, ocas, nudez, paganismo) ou que culminam no deturpado festejamento do dia do índio com a tradicional pintura do rosto das crianças ou da imitação barata de seus cocares, ostentando o desconhecimento da escola em relação à verdadeira identidade de um povo. É corriqueiro ver-se no dia 19 de abril, a boa intenção das professoras da educação infantil (principalmente, mas não só) que fantasiam seus pequeninos com tintas e penas, ou tiras de cartolina, imitando um cocar, no intuito frustrado de levá-los a conhecer os primeiros habitantes de nossas terras. Quantas não foram as vezes em que essas mesmas crianças, assim fantasiadas, desfilaram pelas ruas não vendo sentados na calçadas, índios de diferentes idades e etnias, vendendo produtos de seu artesanato. E, se os viram, embora festejando-os, não encontraram em seu aprendizado escolar material para reconhecê-los.

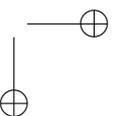
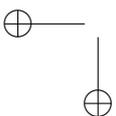
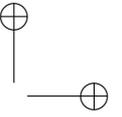
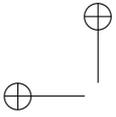
A intenção primeira dessa lei, portanto, passa pelo desmonte do estereótipo indígena. É preciso desconstruir a imagem equivocada que se tem de uma civilização para depois poder começar a falar dela com mais propriedade. É, pois, urgente buscar nas fontes antropológicas e históricas reconhecidas os subsídios necessários para falar de uma cultura, de uma história, de uma arte que na sua essência ficou restrita ao conhecimento de uma elite (principalmente estrangeira), bem como fazer uso do material riquíssimo que há poucas décadas vem sendo produzido pelos próprios indígenas, através, principalmente de seus contos, lendas, mitos e ritos registrados em livros.

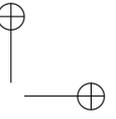
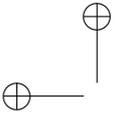
A presente lei, no entanto, se efetivará somente se levar os professores a refletir com seus alunos a civilização indígena, sempre que possível, em contraponto com a cultura não índia, no intuito de – desconstruindo, reconstruir o olhar equivocado que se cultivou durante alguns séculos. Ou seja, o que se faz necessário é discutir o índio como uma civilização diferente da nossa, o que não significa – embora assim o tenhamos visto por tanto tempo – inferioridade



ou não civilização. Que seja essa, pois, a questão real da lei que lentamente temos começado a obedecer.

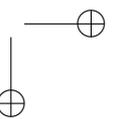
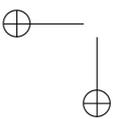


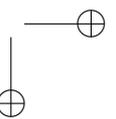
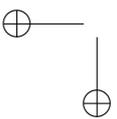
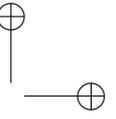
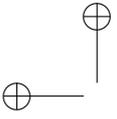


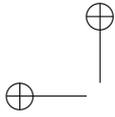


Parte III

ENTREVISTA





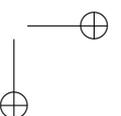
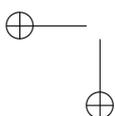


Fernando Cristóvão



Decano catedrático e professor jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e membro efetivo da Academia de Ciências de Lisboa, Fernando Cristóvão foi presidente do ICALP (atual Instituto Camões) e coordena agora o Grupo de Investigação 3 (Literatura e Cultura Brasileira) do CLEPUL. É com toda a estima, orgulho e honra que tivemos oportunidade de entrevistar um dos grandes mestres da Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira. Tem vasta obra publicada, onde se destaca *Graciliano Ramos, Estrutura e Valores de um Modo de Narrar*, 4.^a ed., Lisboa, Cosmos, 1998; *O Romance Político Brasileiro e Outros Ensaio*s, Coimbra, Almedina, 2003; *Cruzeiro do Sul a Norte, Estudos Luso-brasileiros*, 2.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004; *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Coimbra, Almedina, 2008; *Dicionário Temático da Lusofonia*, 2.^a ed., Lisboa, Texto Editora, 2008; *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens* (coord.), 2.^a ed., Lisboa, Cosmos, 2002; *O Olhar do Viajante – dos Navegadores aos Exploradores* (coord.), Lisboa, Colibri, 2003; *Cadernos de Literatura de Viagens (Acervo Bibliográfico de Literatura de Viagens da Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra)*, Coimbra, Almedina, 2009; *Literatura de Viagens: Da Tradicional à Nova e à Novíssima*, Coimbra, Almedina, 2010; *Cadernos de Literatura de Viagens (Subsídios para o Estudo dos*

www.lusosofia.net



Índios das Américas), Coimbra, Almedina, 2011; *Vida e Feitos Heróicos do Grande Condestável e Suas Descendências de Rodrigo Mendes Lusitano*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011; para além de outros títulos individuais e coletivos. Participa em diversos encontros científicos nacionais e internacionais.

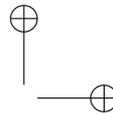
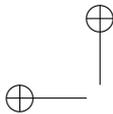
Como explica as dificuldades e os entraves na aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa assinado há mais de 20 anos? Quais as vantagens na aplicação do mesmo?

É muito difícil explicar esta nova Guerra dos Cem Anos, como lhe chamou o Professor Malaca Casteleiro. Foi em 1911 que se fez a primeira reforma ortográfica, também contestada, e esta de 2011 – cem anos depois – (*Diário da República*, n.º 193 de 23/8/1991, 1.^a série, A), teve o insólito de, diferentemente do que acontece com as outras Leis da República, andar na rua a ser deturpada e posta a ridículo, sem que houvesse uma intervenção moderadora e esclarecedora dos ministérios da educação ou da cultura, da Academia que se acobardou não defendendo o texto que ela propôs! Texto esse aprovado por unanimidade por todos os países que têm o Português também como sua língua. Apesar de, pela primeira vez na história, Portugal deixar de ser dono da língua, e serem todos os países que a usam a decidir sobre a sua ortografia.

Por isso, antes de mais, quero aqui prestar a minha homenagem aos especialistas portugueses que elaboraram o texto, depois posto em lei: em filologia portuguesa Lindley Cintra (já se esqueceram dele?) e Malaca Casteleiro; em língua grega, em razão da tradição etimológica, Maria Helena da Rocha Pereira; em língua latina, por razões ainda maiores, Costa Ramalho; em literatura, pelo relacionamento da ortografia com a língua, Maria de Lurdes Belchior.

E por ser então presidente do Instituto Camões, então chamado ICALP (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa), também fiz parte desta equipa com a tarefa de difundir o texto por toda a rede de leitorados em universidades estrangeiras e outras escolas espalhadas pelo mundo. Incumbência essa realizada pela publicação da *Revista Icalp*, de 5 de Julho de 1986 (“Bases analíticas da ortografia simplificada da língua portuguesa de 1945, renegociada em 1975 e constituídas em 1986”).

Depois disto, e de um tempo razoável em que o diálogo era cada vez mais



substituído pelas confusões e o exibicionismo de alguns/mas que se aproveitaram para se pôrem em bicos de pés, também na televisão que parecia cada vez mais interessada nesse espetáculo de confusões que em outra coisa.

Imaginem que, por ter participado na elaboração do Acordo, no Rio, fui objeto de uma queixa à Procuradoria-Geral da República! Há muito tempo que não me ria tanto. . .

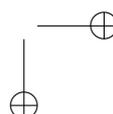
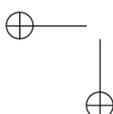
Para mais, só recentemente o Acordo começa a ser posto em prática, sem que tenha havido por parte das entidades oficiais responsáveis apoio para a elaboração de um vocabulário comum, elaborado sob autoridade dos mesmos que redigiram o Acordo e que devia preceder a vigência das novas regras. Mais: agora que o Acordo está a entrar em vigor, também ainda não se viram iniciativas dessas mesmas “autoridades” de modo a oferecerem aos professores cursos e conferências de atualização e às bibliotecas das escolas e de outras instituições, dicionários e outros textos de divulgação. . .

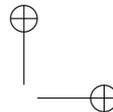
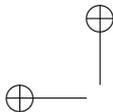
Felizmente que a consciência profissional dos professores os incentiva a realizar diligências particulares pedindo apoio a quem possa dialogar com eles sobre as razões, importância e forma de realização do Acordo.

Quanto ao Acordo em si, seria muito longo entrar aqui em notas explicativas, e desnecessário, pois os textos publicados pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda e várias editoras são muito aptos para esses esclarecimentos, sobretudo nas duas questões maiores: a supressão das consoantes mudas não iniciais, e as novas regras simplificadas do uso do hífen.

Lembro também duas causas maiores da citada confusão, não isentas de alguma má fé propagandística de auto-promoção: a confusão entre língua e ortografia, que qualquer dicionário por mais elementar que seja esclarece definitivamente. Mas citemos, aqui, a definição de ortografia de outro grande linguista, Herculano de Carvalho: “A ortografia é a forma de representar corretamente, por escrito, a palavra falada de uma língua, por meio de um dado sistema de sinais gráficos de natureza alfabética (letras, grafemas).” Ortografia, pois, não é língua, e alterar a ortografia não muda a língua, nem sequer as múltiplas pronúncias nacionais e regionais, vocabulário, estilo, etc., etc., individual ou coletivo. Até porque as ortografias vão atualizando o que a língua decide. Na língua ninguém mexe.

A outra questão maior assenta numa atitude xenófoba: “então não é que vamos falar como os brasileiros? Eles agora são quem manda na *nossa* língua?” Isto a propósito, sobretudo, da supressão das consoantes mudas, na





passagem do emblemático “acto” para “ato”. Ignoraram esses “patriotas” que, já em 1746, Luís António Verney no seu *Verdadeiro Método de Estudar* preconizava a supressão das mudas, até das iniciais, antecipando-se séculos aos críticos atuais ao escrever: “Ato é mui boa palavra e todos entendem”.

Como poderíamos nós copiar isso dos brasileiros, se a primeira gramática brasileira, de António Pereira Coruja é de 1835? Isto é, oitenta e nove anos depois de Verney.

Bem, não digo mais coisas negativas, porque agora há já demasiada gente “indignada”...

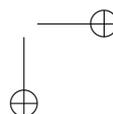
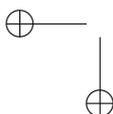
Dentre todos os autores que o seu vasto conhecimento pôde contactar, quais aqueles que elege, poeta, prosador e crítico, como representantes da cultura ocidental e da capacidade genial do homem para comunicar com o divino?

De longe, para além da *Bíblia*, o meu autor favorito é um dos maiores nomes da cultura ocidental, o Santo Agostinho das *Confissões* ou da *Cidade de Deus*. Deixa-nos sem fala.

Até por isso fui à Argélia em peregrinação a Tagaste e Annaba (antiga Hipona), sempre comboiado por dois carros da polícia armada e um temor contínuo devido à hostilidade que permanentemente nos rodeava. Nunca esquecerei o domingo, 16 de novembro de 2003!

Também outros nomes se lhe podem juntar. Limito-me a fazer menção de Dante na *Divina Comédia*, e dos bons contestatários reformadores: o atrevido Erasmo do *Elogio da Loucura* e dos *Colóquios* que conhecia bem os Papas Leão X e Júlio II, e que vários deles o queriam fazer Cardeal à força, que se correspondia com Lutero perfilhando algumas das suas opiniões, ou refutando-o, mas sempre dentro da unidade! Menção também do Thomas More da *Utopia*, e de outros textos, reivindicando a liberdade religiosa em propostas ousadas, mas sempre também dentro da unidade que testemunhou heroicamente.

O Professor já esteve à frente de várias Instituições e projetos. Há





algum que lhe tenha deixado com pena de acabar? Há algum projeto ou sonho que não tenha conseguido realizar?

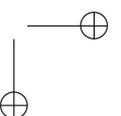
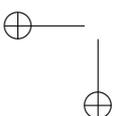
Esta é uma questão complicada. Pela simples razão de que só me entrego verdadeiramente a projetos ao serviço de causas, como a fé cristã, a língua portuguesa, o Brasil, os “valores”.

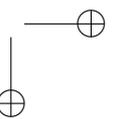
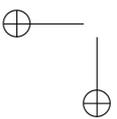
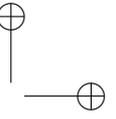
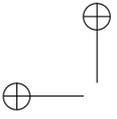
Por isso sempre defendi a limitação de mandatos no exercício de funções, não só para que os cargos exercidos conhecessem outras pessoas e outras ideias, mas, sobretudo, para maior liberdade de ação e expressão. Assim aconteceu no Externato Manuel de Melo do Barreiro, na vinda para Lisboa, para, por sugestão do Cardeal Cerejeira, me licenciar na Faculdade de Letras e depois aceitar, por sua recomendação também, o convite de Nemésio para seu assistente, sucedendo-lhe depois na Cátedra. E assim na ACLUS (Associação de Cultura Lusófona), e assim no CLEPUL. . .

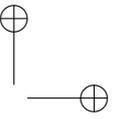
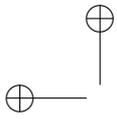
Se tais tarefas puderam ser cumpridas, não me pertence a mim julgar como. Devo-o a várias equipas extraordinárias de pessoas que me apoiaram, com o grande benefício de terem resultado para mim, do Barreiro, da Faculdade, da ACLUS, do CLEPUL e das tarefas universitárias em geral, em bons amigos. Inevitavelmente, também outros não resultaram tanto. . . A esses, que Deus os abençoe. . .

Próximo projeto? Escrever as minhas Memórias.

Entrevista realizada por:
Luís Pinheiro
Sofia Santos
Tânia Pego

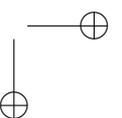
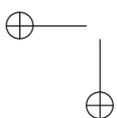


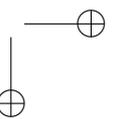
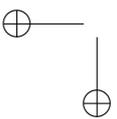
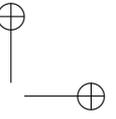
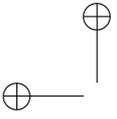


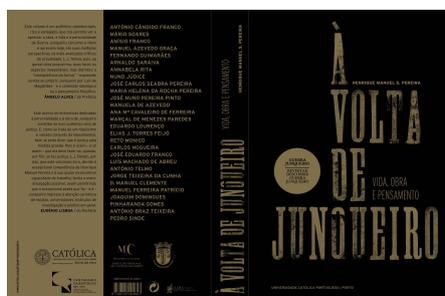


Parte IV

RECENSÕES CRÍTICAS







Henrique Manuel S. Pereira, *À Volta de Junqueiro – Vida, Obra e Pensamento*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2010. 456 p.

ISBN – 978-972-54-0262-7

O livro agora trazido a público é o resultado de um projecto mais vasto, conduzido por um grupo de investigação da Escola das Artes/Som e Imagem, da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto, sob a direcção de Henrique Manuel S. Pereira.

O projeto teve início num documentário de natureza audio/visual, intitulado "Nome de Guerra, a Viagem de Junqueiro", de que resultou este livro enquanto repositório de um vasto manancial de entrevistas a especialistas e leitores atentos da obra do poeta portuense, que, pela sua extensão, não puderam ser incluídos na íntegra no referido documentário, devendo sublinhar-se que o projecto em causa inclui ainda

publicação da obra *A Música de Junqueiro* (livro e CD duplo).

No caso da obra em análise, para além do interesse do prefácio de Ângelo Alves, sobre o pensamento filosófico do autor, e do posfácio de Eugénio Lisboa, elaborado em jeito de síntese do conteúdo do volume, fica patente que a qualidade da obra resulta a igual título tanto da consistência das respostas dos entrevistados como da qualidade das perguntas do entrevistador, profundo conhecedor da obra de Junqueiro e hábil condutor dos diálogos que, por isso, atingem um grau de profundidade e de completude invulgares. Não estamos perante entrevistas de nível jornalístico mas face a um diálogo entre especialistas que nos convida a uma visita guiada pelas questões mais

complexas da vida e do pensamento de Guerra Junqueiro.

Realçamos, entre os temas candentes que atravessam estes diálogos: as razões do apogeu e queda da popularidade e receptividade da obra do Poeta na Cultura Portuguesa dos últimos cem anos; a temática do anticlericalismo em confronto com a religiosidade do autor; a importância da sua acção não só como escritor mas também como militante activo na difusão das ideias republicanas; as vertentes lírica (*Os Simples*), Satírica (*A Velhice do Padre Eterno*), metafísica (*Oração ao Pão e Oração à Luz*); a relação entre a poesia e a filosofia sublinhando o seu panteísmo, evolucionismo e cristologia; a qualidade poética da sua linguagem, numa relação muito vincada uma musicalidade muito própria e patente mas por vezes marcada por um verbalismo considerado excessivo pela crítica posterior; a sua participação na ideologia decadentista da Geração de 70 e a sua relação com Antero de Quental e Oliveira Martins; a sua projecção e influência em autores tão relevantes como Teixeira de Pascoaes, Fernando Pessoa, Raul Brandão e José Régio; a radicação cultural e imagética da sua poesia nas tradições do povo português (*Os Simples*) a vertente de coleccionador de arte e de antiguidades que tanto marcou a sua personalidade multifacetada.

Numa síntese necessariamente breve, salta de facto à vista o contraste entre a fama e popularidade de Junqueiro no seu tempo e a queda abrupta ou o quase esquecimento de que foi

alvo praticamente até aos nossos dias, com excepção de alguns poetas maiores como é o caso de Nuno Júdice ou, antes dele, José Régio. Quase todos os entrevistados neste volume concordam em sublinhar que entre as causas mais actantes neste esquecimento de Junqueiro estão, por um lado, a emergência da estética modernista, em flagrante contraste com o gosto romântico em que se filiava Junqueiro e, por outro lado, a influência da crítica que lhe moveu António Sérgio, com um ensaio dedicado ao “caprichismo” do poeta, ou seja, à falta de rigor e de consistência do seu pensamento e não tanto à qualidade da sua poesia. Quem cabalmente esclareceu a razão da crítica de Sérgio, muito sublinhada por Mário Soares, foi Eduardo Lourenço, ao mostrar que Sérgio moveu-se no quadro de um projecto ideológico distinto do de Junqueiro, pois o seu racionalismo, amigo das ideias claras e da disciplina do pensamento, era o oposto do misticismo e do lirismo junqueirianos, nos mesmos termos em que se não poderia exigir coerência rígida ao pensamento filosófico de um poeta, na medida em que, como diz Eduardo Lourenço, o poeta apenas virtualmente é filósofo. É essa mesma incoerência (filosófica) de que faz eco Ângelo Alves, na sua Introdução, a propósito da ideia de Deus em Junqueiro, pensado tanto como absoluto como em termos de “amor infinito, vencendo infinitamente a infinita dor”, ou seja, “como dinamismo de luta eterna entre contrários, razão por que neste caso já não pode ser considerado

como absoluto, não deixando Ângelo Alves de vincar a importância de Junqueiro na filosofia em Portugal de finais do século XIX.

Muito abordada pelo conjunto dos autores é também a questão do anticlericalismo de Junqueiro, em manifesto contraste com a sua “religiosidade íntima”. Sendo inimigo e crítico da igreja e do catolicismo, como ficou patente na *Velhice do Padre Eterno*, Junqueiro foi um autor profundamente religioso, mas de uma religiosidade panteísta (*O Melro*) em que Deus, a natureza e o homem, percorrem juntos um longo e doloroso processo de ascensão e libertação relativamente ao mal e à imperfeição. Por estar também carente de perfeição, e por participar também desse processo ascensional e evolutivo de libertação progressiva através do amor e da dor, disse António Cândido Franco que Deus não é Deus para si próprio, ou seja, “Deus é o único verdadeiro ateu”. Mas, no fundo, como disse José Nuno Pereira Pinto, Junqueiro “foi sempre um cristão radical, no seu íntimo”, só que o seu Deus foi muito marcado pela figura superior de Jesus e não pelo Padre Eterno. Jesus era, para o poeta, uma figura “plebeia e humilde”, mais próxima dos personagens de *Os Simples* do que de uma “figura de transcendência pura”, como disse Eduardo Lourenço.

Torna-se interessante, por isso, sublinhar o modo como Eduardo Franco e Annabela Rita abordam esta questão: o primeiro mostrando como Junqueiro se filiava nas correntes anticlericais e antijesuíticas do seu tempo, com raí-

zes no período do Marquês de Pombal, e a segunda vincando uma face “cristológica” na obra do poeta, pois para ele não existia redenção sem paixão e só a dor permitiria a libertação, como fica patente na sua obra *Pátria*, em que Portugal (O Doido) é crucificado como condição de um renascimento redentor, tal como Cristo padeceu na cruz como condição de redenção da criação. A evolução é dolorosa, mas a dor purifica, porque o principal motor dessa evolução é o amor divino, temas que como mostraram muitos dos entrevistados são depois desenvolvidos por Junqueiro no que chamaram a sua fase mais “metafísica”, mais concretamente na *Oração ao Pão* e *Oração à Luz*.

Passando a outros domínios, veja-se por exemplo o da muita acentuada musicalidade da sua poesia, sublinhada entre outros por Nuno Júdice e Maria Helena da Rocha Pereira, esta mostrando o “ritmo peculiar das suas estrofes” e o “significado dos sons”, como o das rimas terminadas em “i” “que é na nossa língua a vogal por excelência em que as mães falam às crianças”; e Nuno Júdice mostrando o modo como Junqueiro participa da muito estreita relação entre poesia e música que vê como uma característica geral da sua época.

Noutra vertente surge o Junqueiro coleccionador de arte, em que Anísio Franco mostra a importância da coleção legada pelo poeta ao MNAA e Manuel de Azevedo Graça a qualidade e o bom gosto dos muitos objectos e antiguidades que foi reunindo ao longo de

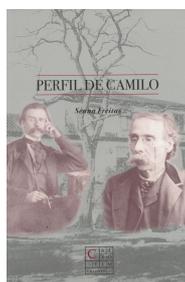
uma vida de colecionador activo e informado.

Também a influência de Junqueiro além-fronteiras é aqui analisada: na Galiza, por via do “agrarismo” de *Os Simples* que impulsionou importantes movimentos sociais na Galiza, depois projectados na Argentina graças à emigração das comunidades galegas para aquele país; no Brasil por via do seu republicanismo militante; na Catalunha também por causa do seu republicanismo; na Suíça, enquanto diplomata (onde esteve entre 1911-14), graças aos seus contactos com influentes jornalistas

suíços, ajudando a projectar uma imagem bem mais digna de Portugal e da nossa cultura.

Estamos, em conclusão, perante um livro complexo mas de fácil leitura, pela sua forma coloquial, e também perante um acto de justiça para com aquele que foi um dos maiores ídolos da Cultura Portuguesa de finais do século XIX e inícios do século XX, sobre quem recaíram as pesadas sombras do esquecimento e da indiferença.

Mariana Sanfins Villa



**Senna Freitas, *Perfil de Camilo*, Porto, Edições
Caixotim, 2005. 136 p.**

ISBN - 972-8651-69-4

Da presente obra do padre Senna Freitas, com prefácio de Annabela Rita e com o patrocínio do CLEPUL, da

Universidade Católica Portuguesa e da FCT, pode dizer-se ser um livro de altos e baixos.

www.clepul.eu

Não cumpre à crítica fazer o panegírico dos autores nem o elogio artificial das suas obras, mas sim o assumir da exigência e do rigor que os leitores esperam quando nos consultam. Por isso, começaremos com os aspectos que nos pareceram menos simpáticos na leitura da escrita de Senna Freitas sobre Camilo, para logo nos dedicarmos àqueles que valem verdadeiramente a pena e justificam a leitura atenta deste livro.

Obra composta por sete capítulos a que se segue um conjunto de pequenas cartas pessoais dirigidas pelo grande novelista ao autor, diria que se nota o emprego de um estilo excessivamente encumiástico, tantas vezes enviezado pelo uso de um vocabulário que parece pretender dar ao leitor a ideia de elevação do pensamento.

Logo no primeiro capítulo somos confrontados com comparações algo inusitadas, como quando ao referir-se ao seu percurso pedonal pelas ruas da Póvoa de Varzim, a caminho do primeiro encontro com Camilo, no ano de 1874, nos diz que seguia a passos de “inglês mercantil que desemboca na estação de *Black-Friars* para a *city* londrina, à uma hora da tarde”²⁰, imagem que seguramente poucos dos seus leitores conseguiriam articular com um percurso na Póvoa de Varzim do século XIX e com o correspondente estado de

espírito; ou quando ao aproximar-se da casa onde se encontrava Camilo, nesse primeiro encontro, decide dizer-nos que o seu coração estancava “como as nascentes de Nápoles estancam de súbito na antevéspera de uma erupção vesuviana”²¹.

Talvez aqui transpareça um certo deslumbramento com as metrópoles europeias, como quem quer traduzir cosmopolitismo aos seus conterrâneos mais sedentários ou menos pulidos, deixando escapar um elitismo que se acentua quando contrapõe a alta cultura de Camilo à rudeza dos pescadores poveiros, sem um laivo de compreensão para com a o esforço e heroísmo daqueles homens que enfrentavam diariamente os mares tempestuosos da nossa costa atlântica: “E eu disse para mim: a dois passos deste cenário vulgaríssimo e insípido, jaz no leito o autor de oitenta primores de vernacularidade com oitenta volumes. Como ao lado da banalidade se pode encontrar o notável!”²². Nada para espantar a quem confessa que prefere sempre viajar em locomotivas de primeira classe porque “as segundas são mescladas de mais”²³.

Que dizer também das metáforas com que o sacerdote católico e o apóstolo de Cristo comunica ao leitor a força e o estilo da linguagem de Camilo, que surge como “um milionário da língua em que escreve”²⁴, depois de

²⁰ Senna Freitas, *Perfil de Camilo*, Lisboa, Edições Caixotim, 2005, p. 32.

²¹ *Ibid.*, p. 33.

²² *Ibid.*, p. 34.

²³ *Ibid.*, p. 63.

²⁴ *Ibid.*, p. 79.

o caracterizar como o “Rothschild das letras portuguesas contemporâneas”²⁵. Mas vamos ao virtuosismo do estilo do nosso romancista: “Tem o colorido vivo das telas de Velazquez, o panejamento vigoroso de Ribera, o claro-escuro de Rembrant, a elegância escultural das estátuas de Benvenuto Cellini, as amplificações analíticas de Balzac consorciadas com a concisão rigorosa de La Bruyère, e as mimosas filigranas de Teófilo Gautier, fundidas magicamente com o espírito filosófico de Alphonse Karr e com o humorismo inesgotável de Pierre Véron”²⁶.

Cabe perguntar para quem escrevia o padre Senna Freitas? E se escrevia sobre Camilo ou se escrevia sobre si próprio? São dúvidas que o livro levanta.

Mas para lá destes aspectos, que são aliás abundantes, há a parte mais substancial da obra, não só pela imagem do homem que foi Camilo Castelo Branco, traçada por quem o conheceu de perto e com ele conviveu muitos anos desde esse primeiro encontro poveiro de 1874, mas também pela discussão em torno dos padrões estéticos, das escolas literárias, e também da religiosidade daquele a quem sempre chamava “o solitário de Seide”.

Camilo era um homem magro, delgado, “novelo de nervos, que um pouco de azoto coagulado em carne mal recobre”²⁷, uma espécie de “porcelana fina”, um misantropo com tendência para o queixume e com medo

da morte, mas também um conversador deslumbrante, tonificado por uma educação nunca afrouxada, dotado de “fino tom fidalgo” e “expressão principesca” que sustentava “a coroa incontestada da literatura”. Um homem assim não passa seguramente indiferente ao lado de quem com ele convive, e assim sucedeu ao padre Senna Freitas, até porque ao contrário da regra tratava-se de uma “*mens sana in corpore... morbido*”. Por isso, a sua lei era outra, uma lei rara, a lei da “procriação intelectual” fecundada por um enorme talento.

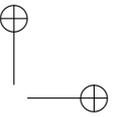
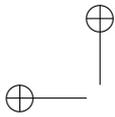
Para lá do retrato físico, surge também o homem de sentimento, que Senna Freitas analisa com base no *Traçado das Paixões*, de René Descartes, para enfatizar sobretudo o amor, a alegria e a tristeza que percorriam a alma do romancista. Aqui o nosso sacerdote depara-se com um tema muito recorrente nos grandes génios, o de saber “onde acabava o espírito cultivadíssimo do sábio e onde começava o coração infantil”, mostrando-nos um Camilo frágil, um Camilo sofredor perante a morte de um dos filhos, ou face à doença mental de outro, inquirindo por vezes a providência divina, ele que tantas vezes dissera descrever dela.

Mas ficamos também a saber, agora no plano dos seus gostos, que, à excepção do fado e do “gemidinho na guitarra”, Camilo não gostava de música, nem tão pouco herdara a veia

²⁵ *Ibid.*, p. 79.

²⁶ *Ibid.*, p. 81.

²⁷ *Ibid.*, p. 39.



peregrinante dos portugueses, ou seja, nunca viajara pelo estrangeiro, preferindo o sossego e o recato do lar doméstico, que lhe davam mais segurança no tratamento dos seus achaques físicos. A sua área geográfica era delimitada pela Estremadura, Douro e Minho, e talvez por isso conhecesse tão bem as suas gentes.

Já quanto ao homem intelectual, que é retratado no capítulo IV, vemos que o escritor fisicamente sedentário viajara por todos os assuntos e por todos os estilos e escolas literárias. Tendo-se “estadeado romântico nos processos literários e espiritualista nas ideias”²⁸ veio a degenerar no naturalismo literário e no materialismo filosófico, com laivos de “desertor do templo católico”.

Aqui, o padre Senna Freitas abandona a atitude de observador para entrar na liça contra o naturalismo de Emílio Zola, por entender que o compromisso da arte é com o belo e com o ideal e não com a imundície abjecta dos subúrbios de Paris, retratados por Zola em *A Taberna*: “Estamos fartos de lágrimas, de nevroses, de decepções, de baixezas, de bandalhismos, de infâmias, de orgias do espírito e da carne, de horrores”²⁹. Faça-se então da arte “um oásis e não um pandemónio” e muito menos uma “certidão da moralidade actual da França”³⁰.

²⁸ *Ibid.*, p. 70.

²⁹ *Ibid.*, p. 73.

³⁰ *Ibid.*, p. 73.

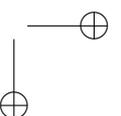
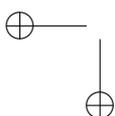
³¹ *Ibid.*, p. 76.

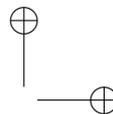
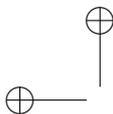
³² *Ibid.*, p. 83.

No entanto, havia que elogiar no Camilo naturalista o facto de a linguagem dos seus personagens estar marcada por uma vernacularidade genuinamente portuguesa e não por uma imitação importada de galicanismos estéreis, mas nem por isso se priva de aconselhar o seu amigo a desempenhar esse seu naturalismo de outro modo: nem Portugal nem muito menos o Minho estavam de tal forma atascados no mal a ponto de não poderem ser objecto de quadros nobilitantes e consoladores, porque “o bem ainda é uma realidade”³¹ e era esse pensamento que o derradeiro romance de Camilo, *Os Vulcões de Lama*, parecia finalmente abraçar.

Os dois últimos capítulos, que antecedem a publicação das cartas, são dedicadas a um tema delicado para o seu autor: a religiosidade do nosso romancista. Aqui Senna Freitas reconhece que de facto Camilo desertou do “templo católico” para repousar no “seio gélido da descrença”, mas que nem dele se poderia dizer que era ateu, nem que tal deserção se tivesse ficado a dever a motivos substanciais, mas sim a um mero equívoco.

Não era ateu porque só se é ateu “por carência de juízo”³² e muitas vezes o seu espírito se revoltou contra a morte. Para Senna Freitas, o permanente combate interior em que Camilo se debatia era afinal “um querer achar”,





a busca de um porto seguro que, para o sacerdote, não podia senão identificar-se com a busca do Deus católico.

Mas essa deserção ficara, no fundo, a dever-se a um equívoco que afastara da igreja católica muitos intelectuais do seu tempo. Havia para Senna Freitas dois modos distintos de interpretar e viver o catolicismo: um pelo lado da intolerância dos inquisidores do Santo Ofício que condenaram Galileu, que levaram à expulsão dos Judeus, despovoadando Portugal dos seus melhores cérebros e obrigando a ciência moderna a

arredar passo; o outro era um catolicismo genuíno, o do Evangelho, que não precisa da mentira nem da intolerância para ser defendido. O primeiro, o catolicismo dos verdugos que assolou uma determinada fase da história da igreja, foi o que levou à deserção de Camilo. O segundo, “santo e formoso” era aquele que, segundo o autor, Camilo, no fundo da sua dúvida, buscava sem cessar.

Mariana Sanfins Villa

Os Livros e as Crónicas dos Heróis e dos Santos

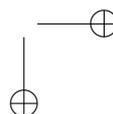
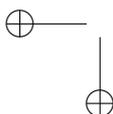
Da maior parte dos nossos heróis conhecemos a vida de adultos, quando já estão compenetrados à frente das tropas ou a dar ordens numa caravela, com o vento a bater-lhes no cabelo e a eternizar o momento. Parece que nunca foram meninos ou fizeram birras ou riram ou duvidaram do mundo que os grandes lhes apresentavam. E de pequeninos imitamos os seus gestos de grandes, o braço levantado a ameaçar o inimigo e a prometer vingança, servindo a vassoura como lança contra mouros e castelhanos.

Mas, é justamente pelo facto de não conhecermos nada dos nossos heróis enquanto meninos que a figura de Nuno Álvares Pereira sempre me despertou ternura, daquele tipo de afecto

que se sente pelas pessoas de casa. Como é humano o nosso Nuno quando tem de falar com apenas 13 anos com a Rainha D. Leonor, que arrepio terá sentido e que orgulho quando se apercebeu de como a sua ousadia e determinação tinham sido apreciadas. Como me comove quando, com apenas 16 anos, receia casar, ele que gosta mesmo é de aventuras e de ler e de sonhar em ser Galaaz. Se calhar, já sabia que o seu futuro lhe ia reservar ser guerreiro e fazer muitos milagres (logo ali no local da sua sepultura) e queria o caminho desimpedido de pensamentos domésticos.

Homem de guerra, de humor (então, zangado com os castelhanos, não deixou o pé para trás e derrubou a mesa

www.clepul.eu





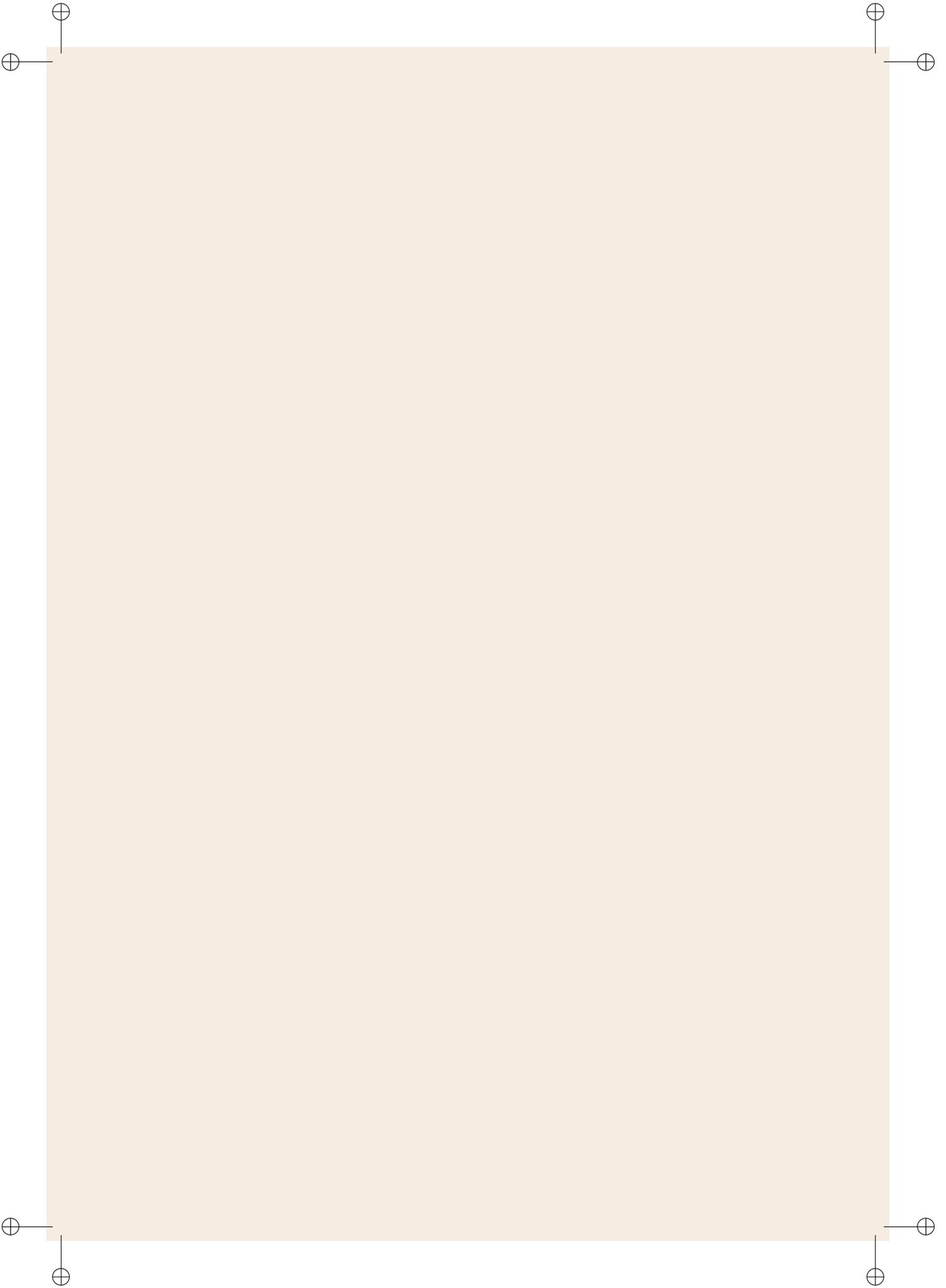
onde comiam?), foi também homem de devoção, santificado em 2009. A cargo de Fernando Cristóvão, saiu em 2010 *Vida e Feitos do Grande Condestável e suas Descendências*³³, de 1640, de Rodrigo M. Silva Lusitano, português, Cronista Geral e membro do Conselho Supremo de Castela. O Santo Condestável chega-nos comunicativo, impulsivo e generoso. E a sua descendência liga-se a “quase todos os Imperadores, Reis, Príncipes e Potentados da Europa”: a Casa de Bragança, a Imperatriz Maria e a Rainha de França, o Imperador Carlos V... Como escreve F. Cristóvão, recapitulando, “sete imperadores, cinco imperatrizes, doze reis, vinte e cinco rainhas, vários Condestáveis de Espanha”,

com ligações a França, Itália, Hungria, Alemanha, Áustria, Polónia, Dinamarca, Suécia, Noruega... Nuno patrono da Europa.

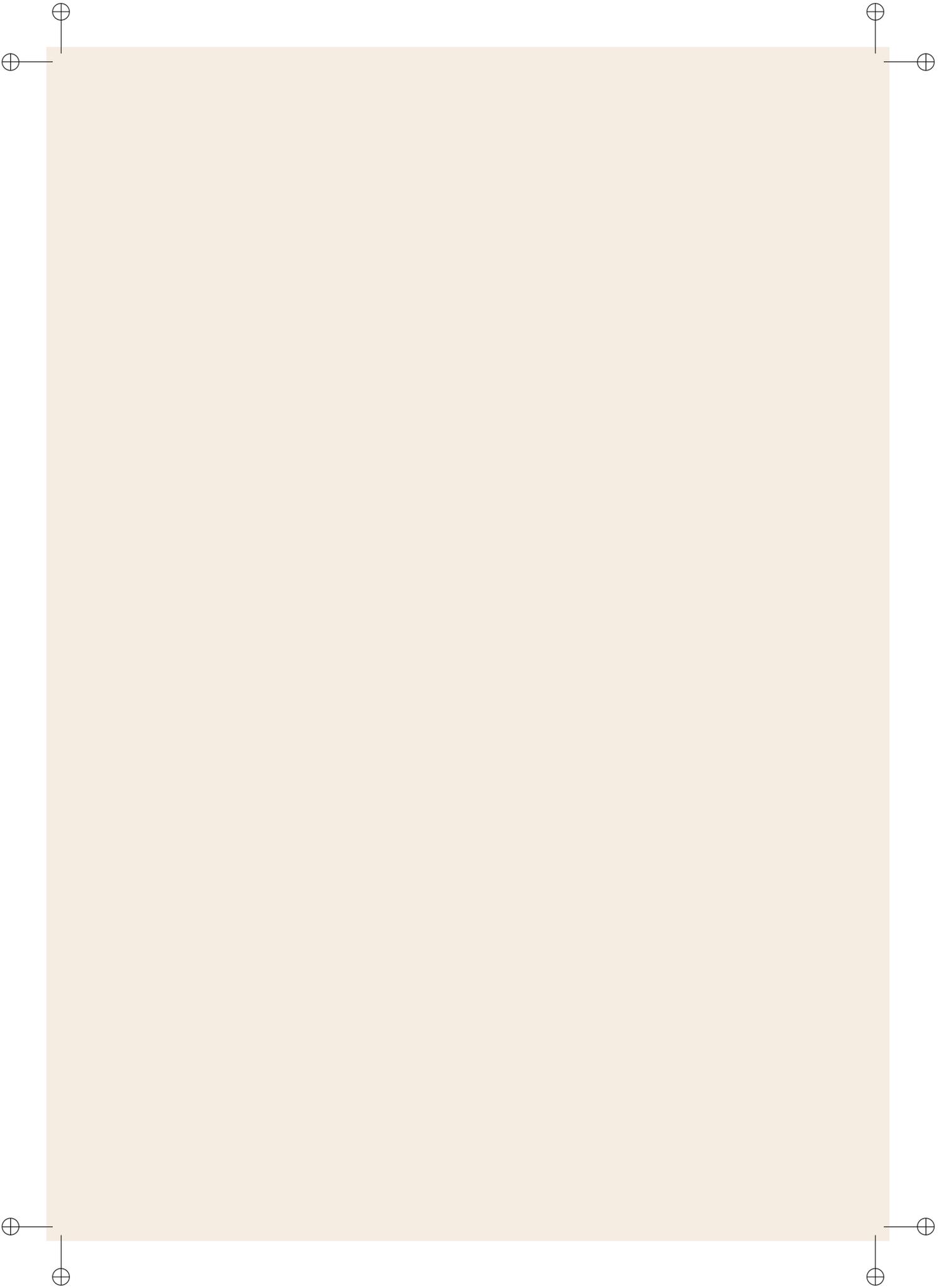
E não queria o rapazinho casar-se. Bem mais alto do que a altura já conhecida, como se pode ler na *Vida e Feitos*, continua a enternecer-me, porque de adulto deve ter mantido a mesma ousadia e espírito livre de menino (“Deixa-te levar pela criança que foste”, Livro dos Conselhos), o mesmo impulso de aventura e de fé tão importante ontem como hoje, em que o cepticismo já chegou aos pequeninos.

Luísa Paolineli

³³Rodrigo Mendes Silva Lusitano, *Vida e Feitos do Grande Condestável e suas Descendências*, coord. Fernando Cristóvão, Lisboa, Esfera do Caos, 2010. 460 p. ISBN – 978-989-680-014-7



Parte V
EFEMÉRIDES



OUTUBRO

Centenário do nascimento de Manuel da Fonseca



(n. Santiago do Cacém, 15 de outubro de 1911 – m. Lisboa, 11 de março de 1993). Apesar de se ter deslocado do Alentejo para Lisboa ainda jovem, para prosseguir os estudos (no Liceu Camões, Escola Lusitânia e, mais tarde, a Escola de Belas Artes), Manuel da Fonseca rememorizou o Alentejo como parte marcante da sua vida e daquela que viria a ser uma das mais influentes obras do Neo-Realismo português. Começou a sua carreira literária como poeta em 1925, publicando os seus primeiros versos num semanário de província, mas foi em 1940 que se estreia oficialmente com a coletânea *Rosa dos Ventos* (1940) e, mais tarde, com a publicação do poema “Planície” no primeiro volume do Novo Cancioneiro, em 1941, proto-movimento que reunia as aspirações de um variado grupo de poetas com tendências marcadamente sociais e de oposição ao regime salazarista. Osvaldo Silvestre considera que *Rosa dos Ventos* veio trazer uma nova liberdade de expressão escrita na poesia portuguesa, até à data maioritariamente circunscrita à influência referencial do presencismo. A

“oralidade dramática” da sua poesia, delegada também na ficção a uma prosa que entrega às personagens o seu próprio testemunho vital, não é mais do que a representação declarada de uma reação social que delega à literatura a legitimidade dos seus propósitos interventivos. Tendo em conta os seus propósitos revolucionários, a obra de Manuel da Fonseca foi seguida de muito perto pelos censores, em especial *Cerromaior*, de 1941, um dos textos pilares do movimento neo-realista português, cuja edição foi irremediavelmente censurada truncada, sem possibilidade de recuperação do original. A sua receção pelos críticos não foi, também, a melhor se considerarmos que inovação tanto o desprendimento dos cânones estéticos e linguísticos que era esta obra representava como a escolha dos temas incomodativos que expunham por meio da esfera literária problemas exclusivos de uma classe que não compreendia o que era a literatura mas cuja vida e atuação serviam legitimamente os motivos literários de intelectuais como Manuel da Fonseca. Colaborou nas revistas e publicações *Afinidades*, *Árvore*, *Vértice*, *Altitude*, *O Diabo*, *O Diário*, *O Pensamento*, *Sol Nascente*, *Seara Nova*. Dentre as suas publicações destacam-se as obras poéticas *Rosa dos Ventos* (1940), *Planície* (1942), *Poemas Completos* (1958); os contos *O Retrato* (1953), *Aldeia Nova* (1942), *O Fogo e as Cinzas* (1953), *Um Anjo no Trapézio* (1968), *Tempo de Solidão* (1973); os romances *Cerromaior* (1943), *Seara de Vento* (1958); na crónica *Crónicas Algarvias* (1986), *À Lareira, nos Fundos da Casa onde o Retorta tem o Café*, *O Vagabundo na Cidade* (2000), *Pessoas na Paisagem* (2002); e, em obras críticas, a seleção e introdução à *Antologia de Fialho de Almeida* (1984).

A propósito de padroeiros / padroeiras... Portugal, Brasil

Tal como acontece em países católicos, Portugal celebra a 8 de dezembro a festa da sua Padroeira, Nossa Senhora da Conceição, que também foi consagrada no Brasil durante todo o período colonial e imperial até ser substituída, em 16 de Julho de 1930, por decreto do Papa Pio XI, por Nossa Senhora Aparecida, cuja festa é celebrada a 12 de outubro. A imagem da santa foi recolhida por pescadores durante a sua faina em meados 1717. Junto dos peixes veio, primeiro, o corpo da Senhora. Lançada a rede pela segunda vez, conseguiram encontrar a cabeça. A imagem, que mede 40 centímetros, em terracota, permaneceu submersa durante muitos anos, o que lhe conferiu uma tonalidade escura. A Senhora, assim enegrecida, foi coroada em 8 de setembro de 1904 com uma riquíssima coroa doada pela Princesa Isabel. Encontra-se também coberta com um manto anil, bordado a ouro e pedrarias, símbolos de sua realeza e patronato.

A PADROEIRA

Oh, Virgem Santa
Rogai por nós, pecadores
Junto a Deus Pai
E livrai-nos do mal e das dores
Que todo homem caminhe
Tocado pela fé
Crendo na graça divina
Esteja como estiver
Abençoi, nossas casas
As águas, as matas e o pão nosso
A luz de toda manhã
O amor sobre o ódio
Iluminai a cabeça dos homens
Te pedimos agora
E que o bem aconteça
Nossa Senhora

Composição: Ronaldo Monteiro de Souza e Sérgio Saraceni

Interpretação: Joanna

NOVEMBRO

Factos da vida de Fialho de Almeida, e um Colóquio CLEPUL



No centenário de Fialho de Almeida (n. Vila de Frades, Vidigueira, 1857 – m. Cuba, 1911), lembramos uma das mais ativas vozes literárias do seu tempo, tendo procurado sempre intervir com a sua reflexão crítica muito própria. Destacou-se em vários terrenos, tendo sido médico, cronista, contista, crítico da evolução política do seu tempo e um dos mais genuínos mestres do panfletarismo e da paródia de costumes do século XIX português. Além disso deixou-nos largos trechos autobiográficos que, quer pela escolha e tratamento dos temas, quer pelas modulações de linguagem reflexivas da intimidade com que construía as personagens sempre, de alguma maneira, reflexo de si mesmo ou dos que com ele partilhavam da sua vida, nos permitem traçar uma (auto)biografia mais ou menos fiel e esclarecida do autor. Diz o autor ter nascido “numa casinha de taipa construída por pedreiros da minha gente”, filho de um “mestre-escola da terra (...), quem protegesse e dirigisse os rudimentos da minha educação”. Malgrado as dificuldades do pai, o Colégio Europeu recebeu-o de 1866 até 1872, altura em que, com 15 anos, teve de abandonar por razões financeiras. Nesse mesmo ano, começa a conviver com as classes mais pobres, graças à colocação que arranjou como praticante de farmácia numa botica lúgubre no Largo do Mítelo, perto do Campo de Santana. Quando está prestes a abandonar o seu trabalho, Fialho matricula-se, com 21 anos, na Escola Médico-Cirúrgica, tendo apenas concluído o curso em 1885, com 38, devido às intermitências da boémia, do jornalismo e da arte, do teatro em especial. Apesar de ter exercido apenas por dois anos, a dialéctica entre a Medicina e a Literatura é essencial na obra fialhiana e está presente em praticamente todos os seus textos. Em parte, foi, de facto, a Medicina, ou a prática

farmacológica, que esteve na origem da “tendência mórbida” de Fialho pelas Letras e pela especificidade socialmente combativa de alguns dos seus textos. O artigo jornalístico era o meio que melhor se ajustava à difusão das suas ideias. Na verdade, as estreias literárias de Fialho estiveram quase sempre ligadas a um ideal jornalístico de educação. Foi também num jornal que Fialho iniciou a publicação, de 1889 até 1894, de uma das suas mais importantes obras, *Os Gatos*, 57 opúsculos de “inquérito à vida portuguesa”. Nestes anos, com especial destaque para o ano do Ultimato inglês, além de ter privado com Eugénio de Castro, Guerra Junqueiro, mais proximamente, Eça de Queiroz (seu destinatário preferido de diatribes literárias), Rafael Bordalo Pinheiro (com o qual trabalha na publicação *Pontos nos II*, sob o pseudónimo de Irkan) e João Chagas (com quem partilha os ideias políticos), Fialho envolve-se na causa republicana, encontrando-se frequentemente nas mesas dos cafés lisboetas para acesas discussões políticas. Um desses pontos de encontro é o café Martinho da Arcada, no Rossio, o mesmo que aparece em “A Província”, um conto que reflecte sobre a (des)ilusão da vida na cidade e o dilema do protagonista em aceitar a calma da província ou a independência artística que pode oferecer a vida na cidade. Este dilema está também associado à transição ideológica que se opera na vida de Fialho quando, depois de enviuvar de uma abastada latifundiária alentejana, vê na herança que lhe foi deixada a oportunidade que sempre desejou de sustentar a escrita. Porém, o trabalho que investe nos terrenos apegam-no à sua terra natal e convertem-no num proprietário rural. Ainda que fosse do conhecimento público que o seu trabalho enquanto escritor sempre fora incansável, escrevendo cerca de mil e trezentas páginas por ano, o seu aburguesamento ideológico suplantou qualquer respeito pela sua indiscutível qualidade enquanto crítico, cronista e prosador. Aquando da nova revolução, a 28 de janeiro de 1908, e do conseqüente assassinato do rei D. Carlos, Fialho, apesar das suas antigas convicções republicanas extremistas, critica veementemente o regicídio. Mais tarde, as suas reticências e cepticismo relativamente à República serão fortemente censuradas pela nova classe política e intelectual, acabando por ser hostilizado. Refugiando-se em Cuba, Fialho investe os seus últimos anos a “escrevinhar” e a viajar (fez a sua última viagem um ano antes de morrer, em 1911, tendo percorrido Espanha, França, Suíça, Alemanha, Bélgica e Holanda), sem, no entanto, ceder à pressão contemporânea de escrever um “calhamaço de lombada”, ainda que os seus rendimentos então o permitissem.

Para marcar o centenário da morte de Fialho de Almeida, o CLEPUL organizará um congresso que procura celebrar esta personalidade marcante e destacar o contexto histórico, cultural e social em que Fialho de Almeida se movimentou, numa leitura o mais envolvente possível da época e das outras personalidades de destaque que nela se movimentaram e que contribuíram para fazer da segunda metade do século XIX e dos primeiros anos do século XX um período de extrema importância. O **Congresso Internacional Portugal no tempo de Fialho de Almeida (1857-1911)** decorrerá

na Sociedade Histórica da Independência Portuguesa e na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa entre os dias 21 a 23 e 25 de novembro de 2011.



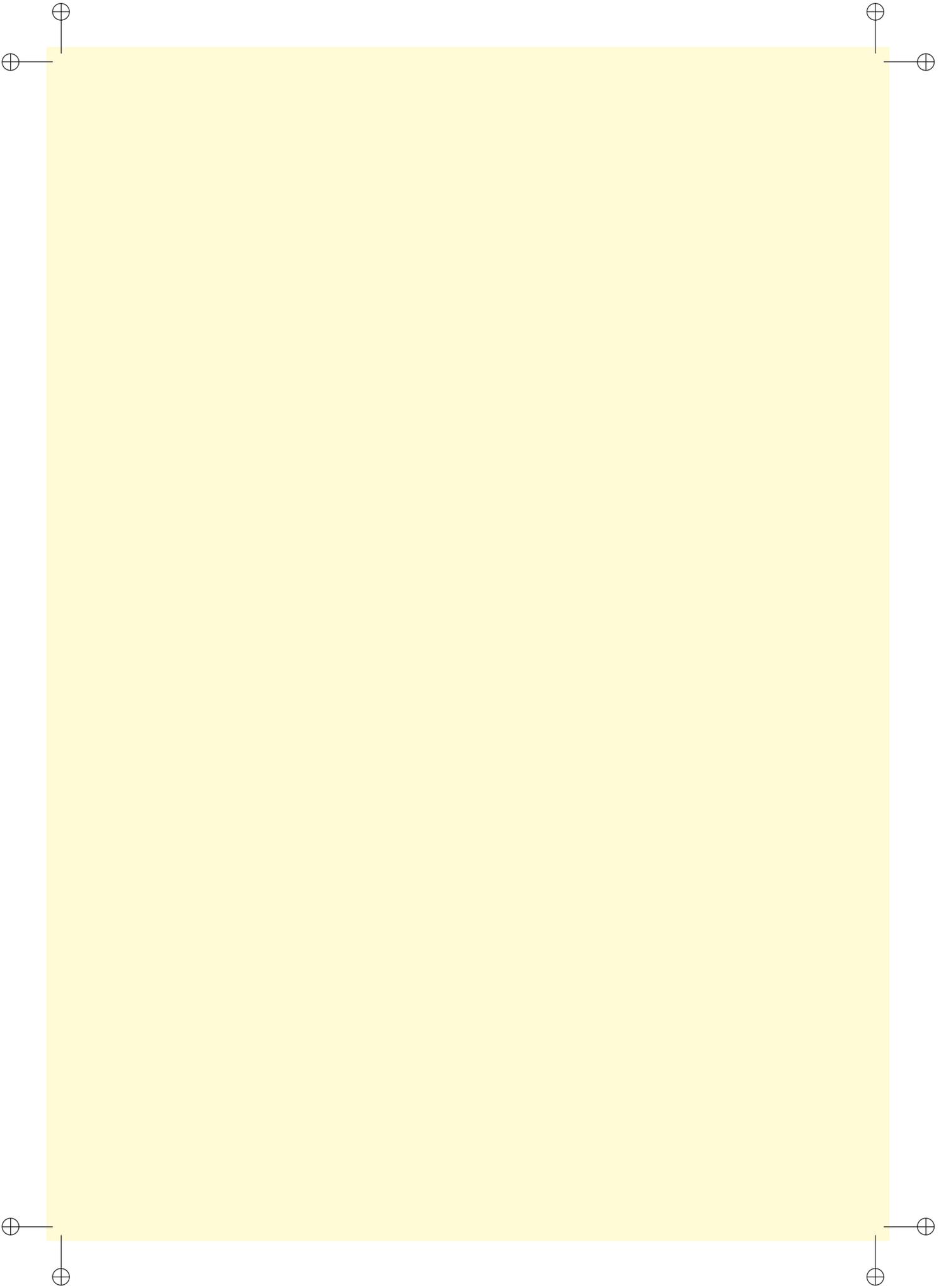
Congresso Internacional

**Portugal no tempo de
Fialho de Almeida**
(1857-1911)

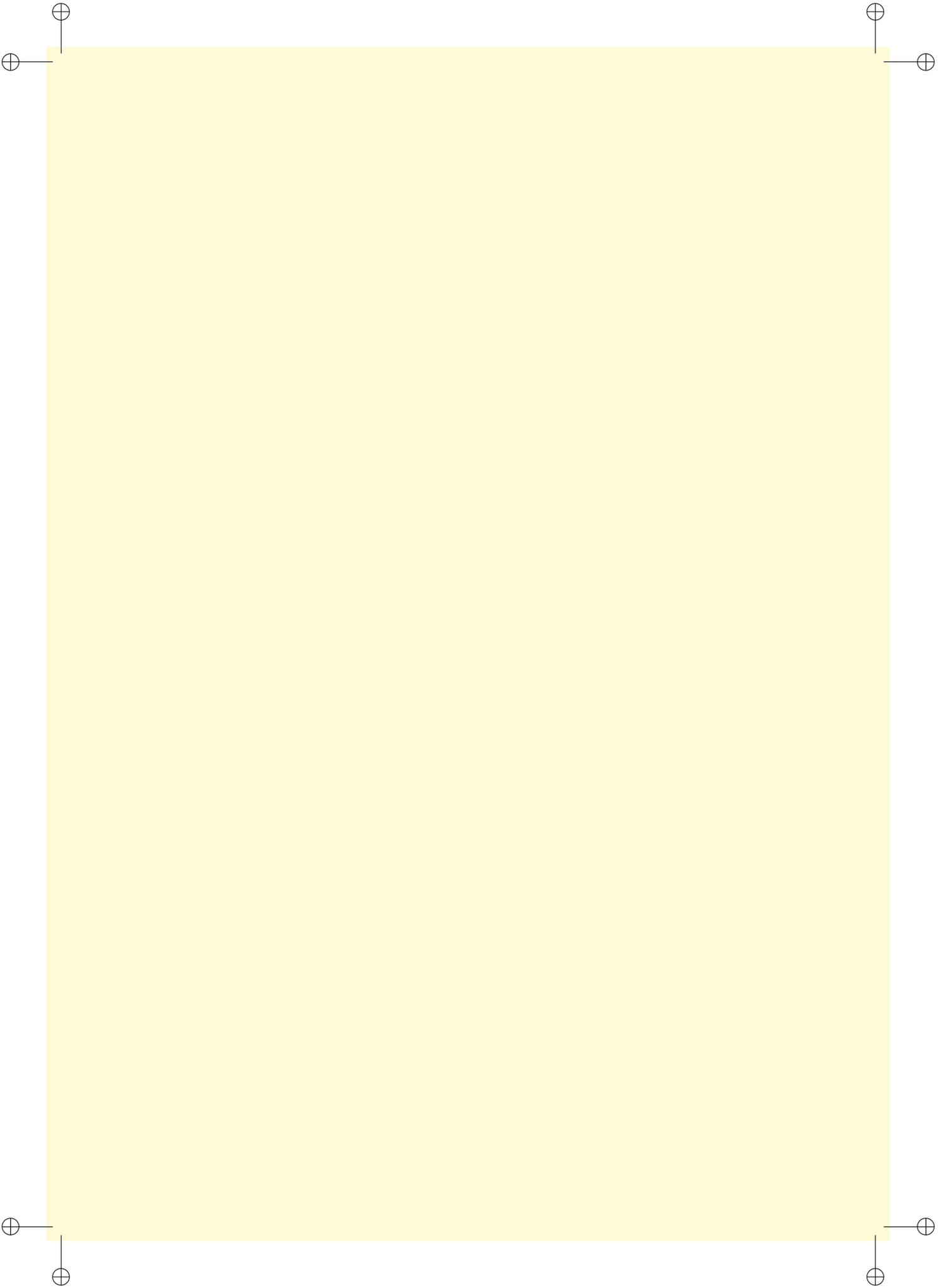
Inscrições até 15 de Novembro de 2011
coloquiofialhoalmeida@gmail.com
<http://coloquiofialhodealmeida.wordpress.com/>

21 a 23 e 25 de Novembro de 2011
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Sociedade Histórica da Independência de Portugal

FCT, INCM, CLEPUL, Centro de Estudos e Cultura Lusófona Europeia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, CIL, LETRAS, Associação de Língua Portuguesa, om, NOVA AGUIA



Parte VI
EVENTOS



CLEPUL

O Acordo Ortográfico

Nestes últimos meses:

Conferências do Prof. Doutor Fernando Cristóvão em Faro, Portimão, Cernache do Bom Jardim, Cantanhede e Barreiro.

Relativamente a esta última conferência, como nota curiosa e revelando grande sentido prático, a Escola Secundária de Casquilhos – Barreiro dedicou várias páginas do seu boletim *ESCrito* ao resumo da comunicação do Prof. Doutor Fernando Cristóvão a fim de a divulgar por todos os leitores.

Apresentação da obra *Arquivo Secreto do Vaticano: Expansão Portuguesa – Documentação*

No passado dia 3 de outubro foram apresentados no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, com a presença eminente do Magnífico Reitor, a obra *Arquivo Secreto do Vaticano: Expansão Portuguesa – Documentação*, coordenada por José Eduardo Franco e publicada pela Esfera do Caos, e o terceiro número da revista do CLEPUL *Letras Com Vida*, dedicada aos Cem Anos da Universidade de Lisboa, dirigida por Miguel Real e por Béata Cieszyńska, com a chancela da Gradiva.

Foi um evento de larga divulgação que preencheu o Salão da Reitoria com ilustres convidados, nomeadamente João Paulo Oliveira e Costa, Manuel Clemente, Viriato Soromenho Marques e Vítor Melícias que abrilhantaram a apresentação destas obras.

A língua portuguesa como convidada na 56.^a Feira Internacional do Livro em Belgrado

Entre os dias 23 e 30 de outubro teve lugar a tradicional 56.^a Feira Internacional do Livro em Belgrado, em que, contrariamente ao hábito dos anos anteriores, o convidado de honra não foi um país, mas sim uma língua – a língua portuguesa. Consequentemente, o lema do convidado de honra foi “Uma língua-muitas culturas”, que em grande medida corresponde ao lema da feira – “os livros ligam as pessoas”.

Nesta feira foram apresentadas obras de autores de Portugal, Brasil e Angola, uma vez que na Sérvia existem embaixadas destes países que, cada um à sua forma, promoveram a língua portuguesa e as respetivas literaturas. No stand central do convidado de honra, porém, constavam os restantes países em que esta língua é falada: Moçambique, Guiné-Bissau, Timor-Leste e localidades como Macau e Goa.

A presença da língua portuguesa na Feira Internacional do Livro em Belgrado contou com o apoio do Instituto Camões e da Direção Geral do Livro e Bibliotecas, e é importante por múltiplos motivos: esta feira está entre as maiores na Europa, a língua portuguesa estuda-se como curso livre e como cadeira de opção de licenciatura desde 2005 e inscrevem-se por ano entre 150 e 200 alunos. A existência de mais de quarenta livros de língua portuguesa traduzidos para sérvio especificamente para esta feira, fomentará ainda mais o interesse dos alunos. Antes da feira, na Sérvia existia um número reduzido de obras traduzidas do português para o sérvio, entre elas *Os Maias* de Eça de Queirós, *Os Lusíadas* de Camões, a *Mensagem* de Fernando Pessoa, algumas obras de José Saramago (*O ensaio sobre a cegueira*, *O ano da morte de Ricardo Reis*, *Memorial do Convento*, o *Evangelho segundo Jesus Cristo*), e a obra completa de Paulo Coelho.

Para esta feira foram traduzidos cerca de 40 livros de língua portuguesa, de entre os quais se destacam: *As intermitências da morte* de José Saramago, *Portugal hoje, o medo de existir* de José Gil, *A Europa Desencantada* de Eduardo Lourenço, *O vento assobiando nas gruas* de Lídia Jorge, *Jerusalém O Bairro* e 1 de Gonçalo M. Tavares, *A Dádiva de Deus* de Rui Zink, *Lusitânia* de Almeida Faria, *A vida nas palavras de Inês Tavares* de Alice Vieira, *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* de Mía Couto, *Bom dia, camaradas* de Ondjaki, *Maiombe* de Pepetela, *O Milagrário pessoal* de José Eduardo Agualusa e *O Sol tropical da liberdade* de Ana Maria Machado. Algumas destas traduções foram os primeiros trabalhos de tradutores que começaram a estudar português no ano de 2005, como alunos da primeira geração da existência do curso de Língua e Cultura Portuguesa em Belgrado. Foram publicadas também antologias de contos e de poesia, entre as quais merece a pena salientar a antologia de poesia amorosa dos autores de países lusófonos, concebida como audiobook em que poetas e atores sérvios tal como alunos de português declamam as traduções dos poemas. Esta coletânea é intitulada *Bejograd*, e representa um jogo de palavras entre o substantivo “Beijo” e a palavra “Beograd”, que é o nome sérvio para

Belgrado. Desta forma Belgrado tornou-se por uma semana uma “cidade de beijos” em que os países de língua portuguesa foram “beijados” e unidos pela lusofonia.

A 56.^a Feira Internacional do Livro em Belgrado contou com a presença dos seguintes escritores: Lídia Jorge, Gonçalo M. Tavares, Dulce Maria Cardoso, Rui Zink, Vicente Alves do Ó, o Professor Arnaldo Saraiva, José Eduardo Agualusa, Ondjaki, Edney Silvestre, Augusto Cury, Ana Maria Machado, Bebeti Amaral Gurjel, Pedro Rosa Mendes e Mia Couto, que foi convidado para ser o primeiro falante na abertura da Feira do Livro em Belgrado. No seu discurso o escritor moçambicano salientou que o português é uma língua que atravessa continentes e culturas, juntando as pessoas, tal como o fazem os livros. Além das apresentações dos livros, debates e conferências que decorreram na feira, foram organizadas paralelamente actividades culturais e educativas que envolviam os escritores de língua portuguesa, tais como encontros com crianças nas escolas e bibliotecas, os *workshops* de escrita criativa, exposições de fotografias inspiradas em Portugal, passeios em que estes autores participaram para conhecer melhor a cidade de Belgrado e os seus lugares mais importantes. Os escritores tiveram a oportunidade também de ouvir mais sobre Ivo Andrić, prémio Nobel de Literatura porque justamente este é o ano em que se comemora o 50.^o aniversário da entrega deste prémio ao romancista e contista sérvio. Para esta feira foram reeditadas todas as obras deste escritor sérvio, entre elas também “Portugal terra verde”. Entre as actividades culturais que acompanharam a feira salienta-se o concerto de Cristina Branco.

Todos os escritores participantes da feira salientaram que, apesar da distância geográfica e de poucos contactos históricos, o povo sérvio é bastante próximo dos povos lusófonos, pela sua hospitalidade, amabilidade e espontaneidade, tal como pelo seu grande amor pela literatura e cultura.

Nas diversas apresentações dos livros de língua portuguesa participaram também os Embaixadores de Portugal, Luís de Almeida Sampaio, do Brasil, Alexandre Addor Neto e de Angola Toco Diancoga Serra.

Na sessão de encerramento e da tradicional entrega do “livro aberto” ao próximo convidado de honra da Feira Internacional do livro em Belgrado (que no ano que vem será a Hungria) participaram o Conselheiro da Embaixada de Portugal em Belgrado, Dr. José Amaral e os embaixadores do Brasil e de Angola, tendo os três salientado a importância de este ano em Belgrado ter sido convidada uma língua e não um país particular e apontaram para as possíveis futuras colaborações destes países com esta feira.

A 56.^a Feira Internacional do Livro em Belgrado recebeu este ano 814 editoras do país e do estrangeiro e entre os 120 e 140 mil visitantes, e a língua portuguesa despertou um grande interesse e curiosidade dos leitores e dos meios de comunicação social, tendo sido acompanhada pelas maiores televisões, rádios e jornais do país.

Anamarija Marinović

Colóquio Internacional de Literaturas de Língua Portuguesa para Crianças e Jovens

Organização: Grupos de Investigação 1, 2 e 6 do CLEPUL
 Comissão Organizadora: Professoras Margarida Braga Neves, Beatriz Weigert, Bernardette Capelo Pereira e Carla Ferreira
 Data: 26 e 27 de outubro de 2011.
 Local: Anfiteatro III, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
 Este evento visa reunir escritores, estudiosos, professores e estudantes de Letras e Pedagogia, para análise e debate de questões relacionadas com a literatura para crianças e jovens, produzida no Brasil, em Portugal, em Angola, Cabo Verde e Moçambique a partir do século XX. Em complemento com as sessões de trabalho realizar-se-ão diversas atividades em escolas cooperantes da Universidade de Lisboa, bem como uma feira do livro infanto-juvenil entre os dias 24 e 30 de Outubro na FLUL e uma exposição de ilustração de Danuta Wojciechowska de 26 a 31 de Outubro na Biblioteca da FLUL.



Congresso Internacional *Portugal no Tempo de Fialho de Almeida (1857-1911)*

Organização: CLEPUL

Presidente da Comissão Organizadora: Rui Sousa

Data: 21 a 23 e 25 de novembro de 2011

Local: Sociedade Histórica da Independência de Portugal e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Anfiteatro III e Sala 5.2)

Inscrições: até ao próximo dia 15 de Novembro, com o custo de 10 euros, que garantem o certificado de participação, os materiais alusivos ao Congresso e outros conteúdos exclusivos.

Este Colóquio, inserido no âmbito dos trabalhos levados a cabo aquando da Comemoração do Centenário da República em Portugal, tem por objetivo celebrar Fialho de Almeida, por ocasião do centenário do seu falecimento, por via de um estudo alargado da sua obra, inscrevendo-a no seu contexto epocal. Fialho de Almeida foi uma figura da literatura e da cultura portuguesas cuja vida e obra foram transversais a um importante período de transformações na literatura, no imaginário nacional e na própria reflexão política, social, cultural e ideológica. Escritor, panfletário, polemista, crítico literário e político, republicano, cultivador de um estilo marcante e com ecos nas gerações posteriores, Fialho de Almeida construiu uma obra multifacetada, na senda de outras grandes personalidades do oitocentismo português, cuja evocação poderá contribuir para uma mais rica compreensão do autor.

Para mais informações acesse: <http://coloquiofialhodealmeida.wordpress.com/>

III Jornadas Aclusianas e Ciclo de Conferências em Estudos Africanos

Tema: Os Arquivos Históricos e a Escrita da Lusofonia

Oradores: Dr. Joel das Neves Tembe, Director do Arquivo Histórico de Moçambique.

Dr. Silvestre Lacerda, Director do Arquivo Nacional Torre do Tombo

Prof. Ana Canas, Directora do Arquivo Histórico Ultramarino

www.lusosofia.net

Data: 2 de novembro
Hora: 18H00 - 21H00
Local: Auditório Armando Guebuza, Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias
Entrada Livre

Lançamento da revista de poesia *Golpe d'Asa*

Apresentamos a revista de poesia do Clepul *Golpe d'Asa* pela pena da diretora, Ana Catarina Rocha.

A revista *Golpe de Asa* avança com um entendimento de poesia transversal aos diversos discursos humanos. Por um lado, pretende revelar novos poetas, resgatar poetas do esquecimento ou ainda sublinhar poetas nacional ou internacionalmente reconhecidos. Para tal, terá secções de Inéditos, Éditos, Traduções e dois Cadernos Centrais, dedicados a poetas de diferentes gerações.

Está também vocacionada para a escrita crítica, dando um grande espaço para o ensaio, as resenhas e a memória daqueles que nunca abdicaram dessa postura, criando para tal um Encarte, que reflectirá sobre a obra de uma figura que por esse prisma se tenha destacado.

Convida, por outro lado, outras formas de arte, como a arte fotográfica, a dialogar com o texto poético, mas não esquece a importância da escrita epistolar e da arte poética, tendo uma secção de Carta Aberta (ao estilo de Rilke & comp.) ou uma Arte Poética, em cada número.

Não dispensa também a ligação da poesia aos homens e mulheres que vivem dela diariamente e pretende, portanto, pensar o estilo de vida do poeta, nos seus vícios e nas suas diafaneidades.

Procura a poesia, a inquietude de espírito, a sapiência que vive nas ruas, nas bibliotecas, nas livrarias, colhendo o gosto pela conversas, pelo que nunca dispensará ter entrevistas a poetas ou livreiros.

Tem um olfato atento pelo que interessa ainda ser dito.

Apresentação: Fernando Pinto do Amaral, a par de José Eduardo Franco, Ana Catarina Rocha, Vasco Gato, Paulo Pacheco e performance de Ana Arqueiro.

Data: 8 de novembro (3-feira)

Hora: 21H30

Local: Bar do teatro A Barraca, Largo de Santos, n.º 2, 1200-808, Lisboa

Chamada de colaboração para o XIII Congresso da Sociedade Internacional para o Estudo do Humor Luso-Hispânico

Os interessados em participar neste evento deverão enviar os resumos das comunicações para o email do congresso xiiic.humor@gmail.com até ao final de Fevereiro de 2012.

No âmbito deste Congresso decorrerá um concurso para o melhor texto de humor destinado aos estudantes de pós-graduação. O vencedor será galardoado com um prémio pecuniário no valor de 500 US\$ e a isenção do valor da inscrição.

Organização: Laura Areias (CLEPUL)

Data: 17 a 19 de outubro de 2012

Local: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

OUTROS

Lançamento do livro *Santos, Demónios e Pecadores*, do autor Pedro Miguel de Oliveira Nunes

Data: 3 de novembro

Hora: 18H30

Local: Livraria Ferin (Rua Nova do Almada, n.º 72), no Chiado

O orador convidado é o Doutor José Eduardo Franco que irá abordar o tema da Santidade.

Chamada de trabalhos para o Colóquio Internacional *Florbela Espanca. O espólio de um Mito*

Data: 6 a 8 de Dezembro de 2011

Local: Teatro Florbela Espanca, em Vila Viçosa

www.lusosofia.net

O Centro de Estudos em Letras da Universidade de Évora e o Grupo Amigos de Vila Viçosa convidam a comunidade académica e o público em geral a participar no Colóquio “Florbela Espanca. O espólio de um Mito”, integrante do projeto homónimo, sediado na Universidade de Évora/ CEL.

Datas importantes:

20 de novembro de 2011: data limite para o envio de título da comunicação, acompanhado de filiação do conferencista e suas moradas postal e eletrónica.

25 de novembro de 2011: envio de resumos (entre 500/600 palavras), para serem publicados no site do projeto.

30 de novembro de 2011: data-limite para inscrição/pagamento no Colóquio. Devem por favor ser remetidas cópias digitalizadas dos comprovativos de pagamento para o email: famamario@gmail.com. Os recibos serão entregues *in loco*.

01 de fevereiro de 2012: data-limite para entrega do texto integral das comunicações (até 30.000 caracteres, incluindo espaços).

Colóquio Internacional em Homenagem a Florbela Espanca
Florbela Espanca. O espólio de um mito
 6 a 8 Dezembro 2011
 Cine-Teatro Florbela Espanca, Vila Viçosa



Comissão de Honra:
 Francisco José Viegas, Secretário de Estado da Cultura
 Manuel Gonçalves, Diretor Regional de Cultura do Alentejo
 Carlos Braamans, Reitor da Universidade de Évora
 Soeiro de Seabra, Presidente do IEL (Universidade de Évora)
 Luís Caldeira Ramos, Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa

Comissão Científica:
 Maria Luísa Dal Forno (Universidade Federal do Sergipe)
 Ana Luísa Vila (Universidade de Évora, Centro de Estudos em Letras)
 António Cândido Franco (Universidade de Évora, Centro de Estudos em Letras)
 Cláudia Pires Almeida (Universidade de Coimbra)

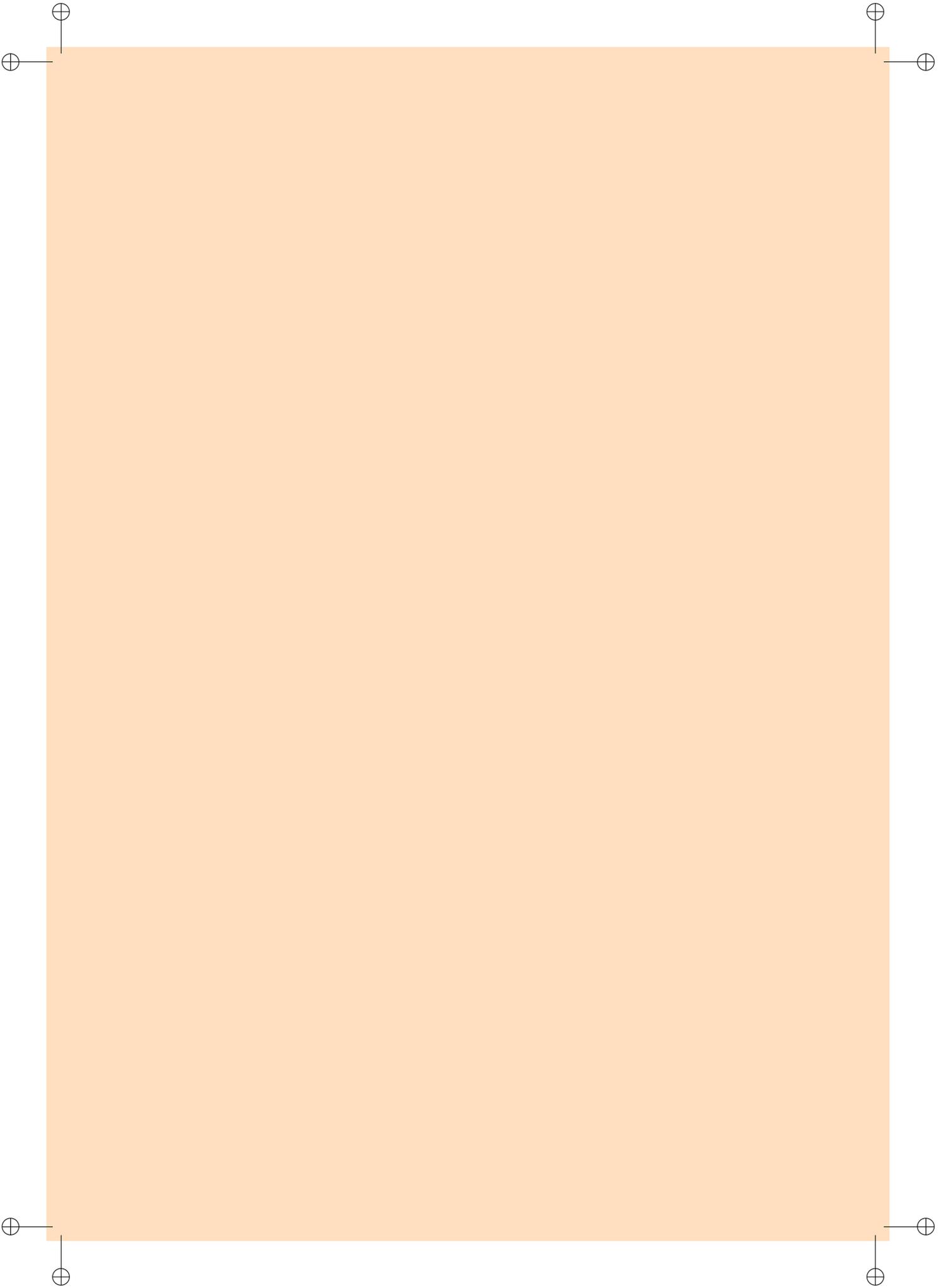
Comissão Organizadora:
 Maria Luísa Dal Forno (Universidade Federal do Sergipe)
 Ana Luísa Vila (Universidade de Évora, Centro de Estudos em Letras)
 Filipa Mendes da Silva (Instituto da Universidade de Évora, Centro de Estudos em Letras)
 Manuel Semedo, Presidente do Grupo Amigos de Vila Viçosa
 Nuno José Santos, Vice-Presidente do Grupo Amigos de Vila Viçosa

Organizadora:  **UÉVORA**   

Conferência do Professor Fernando Cristóvão na Academia das Ciências de Lisboa, no próximo dia 12 de Janeiro pelas 15H00

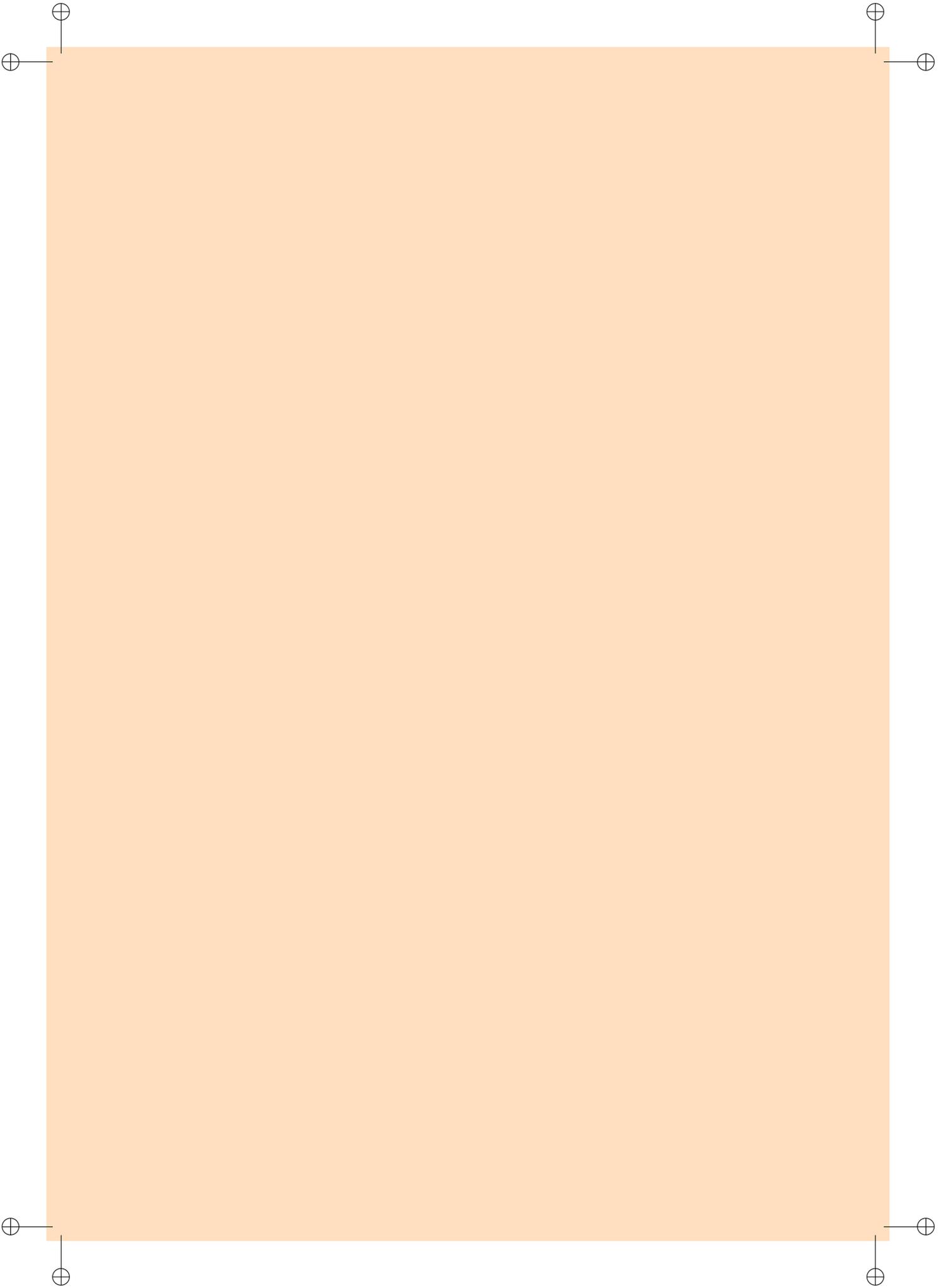
No próximo dia 12 de Janeiro, pelas 15H, na Academia das Ciências, o académico Fernando Cristóvão, também diretor adjunto do CLEPUL, fará uma conferência intitulada “O Brasil nos Arquivos Secretos do Vaticano”. Deste modo, também o orador deseja saudar a edição da monumental obra em três tomos, num total de cerca de 3.000 páginas, intitulada *Arquivo Secreto do Vaticano*, elaborada em grande parte por membros do CLEPUL e coordenada por José Eduardo Franco, também da direcção do mesmo centro e por ele apoiada.

A entrada é livre.



Parte VII

ARQUIVO DOCUMENTAL



Proclamação dos membros do Governo Provisório realizada em 15 de Novembro de 1889

“Concidadãos!

O Povo, o Exército e a Armada Nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabaram de decretar a deposição da dinastia imperial e conseqüentemente a extinção do sistema monárquico representativo.

Como resultado imediato dessa revolução nacional, de caráter essencialmente patriótico, acaba de ser instituído um Governo Provisório, cuja principal missão é garantir, com a ordem pública, a liberdade e o direito do cidadão.

Para comporem este Governo, enquanto a nação soberana, pelos seus órgãos competentes, não proceder à escolha do Governo definitivo, foram nomeados pelo Chefe do Poder Executivo os cidadãos abaixo assinados.

Concidadãos!

O Governo Provisório, simples agente temporário da soberania nacional, é o Governo da paz, da fraternidade e da ordem.

No uso das atribuições e faculdades extraordinárias de que se acha investido, para a defesa da integridade da Pátria e da ordem pública, o Governo Provisório, por todos os meios ao seu alcance, promete e garante a todos os habitantes do Brasil, nacionais e estrangeiros, a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuais e políticos, salvas, quanto a estes, as limitações exigidas pelo bem da Pátria e pela legítima defesa do Governo proclamado pelo Povo, pelo Exército e pela Armada Nacional.

Concidadãos!

As funções da justiça ordinária, bem como as funções da administração civil e militar, continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes, com relação às pessoas, respeitadas as vantagens e os direitos adquiridos por

cada funcionário. Fica porém abolida, desde já, a vitaliciedade do Senado e bem assim o Conselho de Estado. Fica dissolvida a Câmara dos Deputados.

Concidadãos!

O Governo Provisório reconhece e acata os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa e interna, contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas.”

(*Apud.* Edgard Carone, *A Primeira República*, São Paulo, Difel, 1969, p. 13-14)

Decreto nº1 da República - 15 de Novembro de 1889

"Proclama provisoriamente e decreta como a fôrma de governo da Nação Brasileira, a Republica Federativa, e estabelece as normas pelas quaes se devem reger os Estados Federaes.

O Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1^o Fica proclamada provisoriamente e decretada como a fôrma de governo da nação brasileira – a Republica Federativa.

Art. 2^o As provincias do Brazil, reunidas pelo laço da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brazil.

Art. 3^o Cada um desses Estados, no exercicio de sua legitima soberania, decretará opportunamente a sua constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus governos locaes.

Art. 4^o Enquanto pelos meios regulares não se proceder à eleição do Congresso Constituinte do Brazil, e bem assim à eleição das legislaturas do cada um dos Estados, será regida a nação brasileira pelo Governo Provisorio da Republica; e os novos Estados, pelos governos que hajam proclamado ou, na falta destes, por governadores, delegados do Governo Provisorio.

Art. 5^o Os governos dos Estados federados adoptarão com urgencia todas as providencias necessarias para a manutenção da ordem e da segurança publica, defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos, quer nacionaes quer estrangeiros.

Art. 6^o Em qualquer dos Estados, onde a ordem publica for perturbada, e onde falem ao governo local meios efficazes para reprimir as desordens e

assegurar a paz e tranquillidade publicas, effectuará o Governo Provisorio a intervenção necessaria, para, com o apoio da força publica, assegurar o livre exercicio dos direitos dos cidadãos e a livre acção das autoridades constituídas.

Art. 7º Sendo a Republica Federativa Brasileira a fórmula de governo proclamada, o Governo Provisorio não reconhece nem reconhecerá nenhum governo local contrario á fórmula republicana, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo do voto da nação, livremente expressado pelo suffragio popular.

Art. 8º A força publica regular, representada pelas tres armas do Exercito e pela, Armada Nacional, de que existam guarnições ou contingentes nas diversas provincias, continuará subordinada e exclusivamente dependente do Governo Provisorio da Republica, podendo os governos locais, pelos meios ao seu alcance, decretar a organização de uma guarda civica destinada ao policiamento do territorio de cada um dos novos Estados.

Art. 9º Ficam igualmente subordinados ao Governo Provisorio da Republica, todas as repartições civis e militares, até aqui subordinadas ao governo central da nação brasileira.

Art. 10º O territorio do Municipio Neutro fica provisoriamente sob a administração immediata do Governo Provisorio da Republica, e a cidade do Rio de Janeiro constituída, tambem provisoriamente, sede do poder federal.

Art. 11º Ficam encarregados da execução deste decreto, na parte que a cada um pertença, os secretarios de estado das diversas repartições ou ministerios do actual Governo Provisorio.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 15 de novembro de 1889, 1º da Republica.

ass.: Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio.

- S. Lobo.
- Ruy Barboza.
- Q. Bocayuva.
- Benjamin Constant.
- Wandenkolk."

(*Novidades*, 16 de Novembro de 1889)

Transcrição da mensagem dirigida pelo Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório dos Estados Unidos do Brazil, ao ex-imperador, Sr. D. Pedro de Alcantara

‘Senhor, os sentimentos democraticos da nação, há muito tempo preparados, mas despertados agora pela mais nobre reacção do character nacional contra o systema de violencia, de corrupção, de subversão de todas as leis exercidas num gráo incomparavel pelo ministerio 7 de Junho, a politica systematica de attentados do governo imperial nestes ultimos tempos contra o exercito e armada, politica odiosa á nação e profundamente repelida por esta, [ilegível] da liberdade e da honra da patria, a intenção manifestadas nos [ilegível] e confessada na sua imprensa, de dissolver-as e aniquilal-as, substituindo-as por elementos de compressão official, que foram sempre, entre nós, objecto de horror para a democracia liberal; – determinaram os acontecimentos de hontem, cujas circumstancias conheceis, e cujo character decisivo certamente podeis avaliar.

‘Em face desta situação, peza-nos dixer-vol-o; e não fazemos senão em cumprimento do mais custoso dos deveres, a presença da familia imperial no pais, ante a nova situação que lhe creou a resolução irrevogavel do dia 15, [ilegível] absurdo, impossível e provocadora de desgostos, que a salvação publica nos impõe a necessidade de evitar.

‘Obedecendo, pois, á exigencias urgentes do voto nacional, com todo o respeito devido á dignidade das funções publicas que acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos que o governo provisorio espera do vosso patriotismo o sacrificio de deixardes o territorio brasileiro, com a vossa familia, no mais breve termo possivel.

‘Para esse fim se vos estabelece o prazo maximo de 24 horas, que contamos não tentareis exceder.

‘O transporte vosso e dos vossos para um porto da Europa correrá por conta do Êstado, proporcionando-vos para [ilegível] governo provisorio um navio com a guarnição militar precisa, effectuando-se o embarque com a mais absoluta segurança da vossa pessoa e de toda a vossa familia, cuja commodi-

dade e saude serão zeladas com o maior desvelo na travessia e continuando-se a contar-vos a dotação que a lei vos assegura, até que sobre esse ponto se pronuncie a proxima assembléa Constituinte.

‘Estão dadas todas as ordens afim de que se cumpra esta deliberação.

‘O paiz conta que sabereis imitar na submissão aos seus desejos o exemplo do primeiro imperador em 7 de Abril de 1831 – Rio, 16 de Novembro de 1889 – Manoel Deodoro da Fonseca.’

Resposta do Imperador

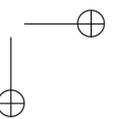
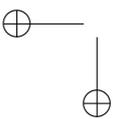
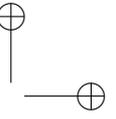
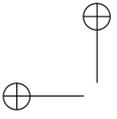
“À vista da representação que me foi entregue hoje, ás 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao imperio das circunstancias, partir com toda a minha familia para a Europa amanhã, deixando esta patria de nós estremecida, á qual me esforcei por dar bastantes testemunhos de entranhado amor e dedicação durante quasi meio seculo em que desempenhei o cargo de chefe do Estado.

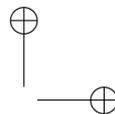
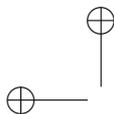
Ausentando-me pois, eu, com todas as pessoas da minha familia, conservarei do Brazil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade.

Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1889.

D. Pedro de Alcantara”

(*Novidades*, 16 de Novembro de 1889)





**Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT –
Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto “Projecto
Estratégico – UI 77 – 2011-2012”**

